

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

KAREN ALVES PEREIRA

EMPREENDEDORISMO NA BASE DA PIRÂMIDE E EMPREENDEDORISMO
SOCIAL: desafios das políticas públicas no estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

KAREN ALVES PEREIRA

EMPREENDEDORISMO NA BASE DA PIRÂMIDE E EMPREENDEDORISMO
SOCIAL: desafios das políticas públicas no estado do Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Lèbre La Rovere

Coorientador: Dr. Guilherme de Oliveira Santos

Rio de Janeiro

2021

KAREN ALVES PEREIRA

EMPREENDEDORISMO NA BASE DA PIRÂMIDE E EMPREENDEDORISMO SOCIAL:
DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 8/5/2021.

RENATA LÈBRE LA ROVERE - Presidente

Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

MARINA HONÓRIO DE SOUZA SZAPIRO

Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

ANTÔNIO PEDRO DA COSTA E SILVA LIMA

Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ

DANIEL SOARES MANO GONÇALVES

Doutor em Ciência Política da UFF

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade da autora.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que se esforçam na promoção de um mundo com menos desigualdades, à minha família, aos meus amigos e professores do IE e, principalmente, ao Deus que me criou e resgatou, cuja “Destra me sustém e cuja clemência me engrandece” (Sl. 18:35).

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à minha orientadora, Renata, pela disponibilidade, profissionalismo e paciência, e pela oportunidade de poder ter trabalhado e me desenvolvido na IC durante um ano e meio. Agradeço também ao Guilherme por ter embarcado de bom grado na orientação do meu trabalho. Espero trabalhar com vocês novamente em breve. Minha gratidão por terem me auxiliado tanto no final da minha jornada no IE.

Agradeço também os comentários da banca que me auxiliaram nas melhorias deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos, principalmente os que fiz no IE, na Letras e na IASD, por tanto apoio e torcida. Agradeço especialmente à Carol S. e à Carol M. pelo companheirismo todos esses anos de IE. Obrigada por existirem e por compartilharem essa jornada comigo. Eu admiro muito as duas!

Agradeço à minha família pelo apoio nas horas difíceis e boas também. Todo o meu esforço é por vocês! Mãe, Pai, Bella, Pedro, João e Thiago, vocês são tudo na minha vida!

Gratidão especial à Bella, minha irmã mais velha que também é melhor amiga, e que me incentivou a fazer vestibular de novo, me apoiou na transferência, e me apoia em tudo até hoje. Dude, you're my guidepost for everything. Love you!

Agradeço principalmente a Deus, porque sem Ele eu nada teria conseguido fazer. A Ele toda glória e minha eterna gratidão por tudo o que faz e ainda vai fazer através de mim.

Mil versos não seriam suficientes para agradecer por mais essa etapa vencida!

“I am proposing to create another kind of business. Business based on the selflessness that is in all of us. I am calling this, social business”.

Muhammad Yunus

RESUMO

O presente estudo é uma pesquisa exploratória que buscou identificar os principais desafios para a formulação de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social no estado do Rio de Janeiro (ERJ). Para a consecução do objetivo geral deste estudo, três objetivos específicos foram estipulados. O primeiro foi diferenciar empreendedorismo na base da pirâmide de empreendedorismo social e pontuar os seus determinantes segundo a literatura especializada. O segundo, recapitular o contexto recente do estado do Rio de Janeiro. O terceiro objetivo específico consistiu em identificar a literatura relevante com aderência ao tema através de uma *Scoping Review* sobre o empreendedorismo na base da pirâmide e sobre o empreendedorismo social frente às políticas públicas no contexto da economia fluminense. Como resultado, pontua-se principalmente que, no nível macro, as condições de crise como a econômica e política no ERJ representam uma dificuldade para a formulação de políticas. No nível meso, a falta de articulação das políticas e ações privadas e públicas afetam a regularidade, a avaliação e avanço das políticas. No nível micro, a falta de recursos de sistematização da informação sobre as políticas e ações que já existem torna difícil até mesmo a definição da agenda prioritária de fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social no estado.

Palavras-chave: Empreendedorismo BOP; Empreendedorismo Social; Políticas Públicas; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The present research is an exploratory study that aimed to identify the main challenges to the design of public policies that foster entrepreneurship at the base of the pyramid and social entrepreneurship in the state of Rio de Janeiro. In order to achieve this main goal, three specific objectives were defined. The first consisted in the definition of the terms entrepreneurship at the base of the pyramid and social entrepreneurship, and the aspects that determine these models of entrepreneurship according to the extant literature. The second was to present a summary of the most relevant aspects of the recent context of the state of Rio de Janeiro. The third specific objective of this study was to identify the extant research on the theme to be analyzed through the conduction of a scoping review. Results include the identification of challenges on the macro level, such as economic and political crises in the state over the years. On the meso level, a lack of coordination between public and private institutions and instruments was identified as a hurdle to the design of public policies that promote entrepreneurship. On the micro level, a lack of resources of systematization and the unavailability of information on the policies and initiatives that have already been implemented makes it more difficult to prioritize essential aspects to the design of public policies to foster entrepreneurship at the base of the pyramid and social entrepreneurship in the state.

Key words: Entrepreneurship BOP; Social Entrepreneurship; Public Policies; Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fluxograma das etapas da <i>Scoping Review</i> adaptadas de Arksey e O’Malley (2005).....	22
FIGURA 2 – Comparação das taxas de desocupação do Brasil e do ERJ entre 2012 e 2020.....	53
FIGURA 3 – Média Móvel da Taxa de Crescimento do PIB do ERJ (2017-2020).....	55

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 – Critérios de Inclusão e Exclusão da <i>Scoping Review</i>	20
TABELA 1 – Síntese dos conceitos de BOP e Empreendedorismo Social	35
TABELA 2 – Artigos achados na busca individual de palavras-chave em português	62
TABELA 3 – Artigos achados na busca individual de palavras-chave em inglês	62
TABELA 4 – Artigos achados com a combinação de palavras-chave em português	63
TABELA 5 – Artigos achados com a combinação de palavras-chave em inglês	64
TABELA 6 – Artigos da pré-análise e artigos selecionados	64

LISTA DE ABREVIACÕES

ABSTARTUPS – Associação Brasileira de *Startups*

AGERIO – Agência Estadual de Fomento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOP – Base da Pirâmide Social

CLP – Centro de Liderança Pública

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

ERJ – Estado do Rio de Janeiro

ES – Empreendedorismo Social

FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FECOMÉRCIO RJ – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Iniciação Científica

ICE – Índice de Cidades Empreendedoras

IFEC RJ – Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises do Estado do Rio de Janeiro

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPP – Instituto Pereira Passos

MEI – Microempreendedor Individual

MPE – Micro e Pequenas Empresas

NS – Negócios Sociais

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRONAMPE – Programa Nacional de apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RMRJ – Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

SEBRAE/RJ – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no estado do Rio de Janeiro

STF – Supremo Tribunal Federal

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UPP – Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Contexto e Justificativa.....	14
1.2 Problema de Pesquisa e Objetivos gerais e Específicos.....	16
1.3 Metodologia.....	17
1.4 Estrutura do Trabalho.....	23
II O EMPREENDEDORISMO EM DIFERENTES DISCIPLINAS E PRINCIPAIS CONCEITOS PARA A ANÁLISE DA REDUÇÃO DE DESIGUALDADES	24
2.1 Empreendedorismo como uma disciplina independente.....	24
2.2 Empreendedorismo como objeto de estudo da ciência econômica.....	25
2.2.1 Economistas e a difusão do empreendedorismo na ciência econômica.....	26
2.3 Empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social.....	32
2.4 Políticas públicas: uma revisão das visões neoclássica e neo-schumpeteriana.....	37
2.5 Políticas de apoio ao empreendedorismo tradicional.....	38
2.6 Considerações finais.....	41
III CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	43
3.1 O Rio de Janeiro num contexto de financeirização no capitalismo.....	43
3.2 O contexto de reprimarização e as crises do ERJ.....	45
3.2.1 A recente crise econômica do ERJ.....	46
3.2.2 A crise fiscal do ERJ.....	48
3.2.3 As crises política, institucional, e de segurança do ERJ.....	50
3.3 O contexto socioambiental e de desigualdades do ERJ.....	52
3.4 Considerações finais.....	56
IV O AMBIENTE EMPREENDEDOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	58
4.1 Características das empresas e indicadores de empreendedorismo.....	58
4.2 Descrição e Discussão dos Resultados da <i>Scoping Review</i>	61
4.2.1 Etapas 2 e 3 da <i>Scoping Review</i>	62
4.2.2 Etapas 4 e 5 da <i>Scoping Review</i>	65
4.2.3 Eixo temático Empreendedorismo BOP e Empreendedorismo Social.....	65

4.2.4 Eixo temático das Políticas Públicas.....	66
4.3 Considerações finais.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
APÊNDICE A – Conjunto dos Quadros de Resultados: Etapa 4 da <i>Scoping Review</i>	82

I. INTRODUÇÃO

1.1 Contexto e Justificativa

Ao longo do tempo, muitos estudos têm definido o empreendedorismo e o empreendedor. Segundo Casson (2003), a definição desses conceitos é um dos aspectos mais cruciais e complexos da teoria do empreendedorismo. Em relação à figura do empreendedor, as definições funcionais e indicativas são as principais na literatura. A definição funcional é mais abstrata e especifica as funções do empreendedor, associando estas funções à sua figura. Por sua vez, a definição indicativa é menos abstrata e inclui a descrição do empreendedor baseada em seu status legal, relação contratual com outras partes, sua posição na sociedade etc. Notadamente, os teóricos economistas que se dedicam a estudar o empreendedorismo têm preferido a definição funcional do empreendedor e do empreendedorismo (CASSON, 2003). Compatível com essa visão é a perspectiva de Hart (2003), que afirma que o empreendedorismo corresponde ao processo de criação, manutenção, ou até mesmo a expansão de um negócio, e o empreendedor é o agente através do qual a criação de negócios e mercados é efetuada (HART, 2003). Desta forma, para os propósitos deste trabalho, a visão funcional supracitada do empreendedorismo será norteadora do termo “empreendedorismo tradicional”, que será, daqui em diante, usado para fazer referência à ação empreendedora de forma geral, sem distinção de modalidades.

Além dos estudos com abordagem da ciência econômica sobre o tema, o empreendedorismo tradicional tem atraído a atenção de diversas áreas e de diferentes órgãos multilaterais, governos locais, federais, instituições públicas e privadas, e do público em geral. Algumas iniciativas como o *Global Entrepreneur Monitor* (GEM) têm se dedicado a entender melhor a atividade empreendedora no nível global, e seus estudos investigam, dentre outros aspectos sobre o empreendedorismo, a motivação para empreender. Durante muito tempo, as únicas opções consideradas por diversos especialistas como motivações eram as seguintes: (i) o empreendedor ou empreendedora inicia seu negócio para aproveitar uma oportunidade; ou (ii) o empreendedor ou empreendedora começa uma *venture* por necessidade, devido a alguma vulnerabilidade social a que está exposto ou exposta (GEM, 2019).

Contudo, em que pese a relevância de entender os motivos que levam os empreendedores a criar negócios, e a pluralidade de possibilidades ligadas ao empreendedorismo, também é importante entender que há diferentes modalidades de empreendedorismo, as quais desempenham diferentes papéis na lógica capitalista. Essas

diferentes modalidades podem ter como motivação diversos fatores e diferentes resultados dependendo do contexto, da trajetória, da localidade, do mercado etc. Portanto, é razoável afirmar que a agenda de pesquisa sobre o empreendedorismo deve incluir em seus objetivos entender melhor os impactos positivos que cada tipo de negócio é capaz de causar, e de que forma esses impactos podem ser potencializados através de ações, iniciativas, e de políticas de fomento.

Neste sentido, o fomento ao empreendedorismo tradicional através de políticas públicas tem um papel fundamental no estímulo ao crescimento e ao desenvolvimento econômico, por conta do potencial inclusivo e redutor de desigualdades que tem a ação empreendedora (HART, 2003), que também pode muito em seus efeitos em relação ao aumento da produtividade na economia, à inovação, à criação de novos mercados, e à transformação econômica através da geração de emprego e de riqueza (ERKEN; DONSELAAR; THURIK, 2018).

A desigualdade de renda e a pobreza, problemas prioritários para organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como outros problemas sociais a elas associadas, têm sido muito estudadas, e seus efeitos negativos também têm sido objeto de estudo de especialistas de diversas disciplinas. Semelhantemente, as alternativas de combate a esses problemas estruturais que decorrem do padrão de acumulação da nossa sociedade têm sido consideradas, e suas possibilidades exploradas. Nesse contexto, o empreendedorismo tradicional representa uma forma de combate à vulnerabilidade social e econômica, e uma alternativa ao desemprego, principalmente em países em desenvolvimento (DEGEN, 2008).

Para além da contribuição incremental à economia, a ação empreendedora pode ainda ter como missão a promoção da resolução de alguma “dor” social. Assim, além dos já conhecidos modelos de negócio que têm orientação para o mercado, o empreendedorismo pode concomitantemente gerar riqueza, aumentar a produtividade da economia, e gerar novos empregos enquanto dirige esforços para resolver um problema social como, por exemplo, melhorar o acesso à água potável, auxiliar na erradicação de uma doença para a qual já há cura em determinada localidade, ou até mesmo reduzir os efeitos nocivos da emissão de gás carbônico (CO₂). Esses negócios têm como objetivo conquistar sua sustentabilidade financeira, promover impacto social (YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA, 2010).

Desta forma, é possível entender que o empreendedorismo tradicional configura um solo fértil para o surgimento de novas análises e estudos em diferentes contextos e regiões, e que as possibilidades associadas à atividade empreendedora são diversas. Para ampliar o conhecimento sobre o empreendedorismo no Brasil, é necessário também estudar a atividade empreendedora nos estados e em outras microrregiões como as regiões metropolitanas e os

municípios, para que haja melhor percepção dos caminhos das políticas públicas de apoio ao empreendedorismo tradicional, levando-se em conta as especificidades, fragilidades, e potencialidades de cada localidade.

Considerando o que foi exposto em relação à atividade empreendedora e seu potencial de produzir impactos socioeconômicos e ambientais positivos, fica clara a relevância de se promover maior conhecimento sobre o empreendedorismo tradicional e de suas diferentes modalidades, a fim de cooperar com os *policy makers*. Assim, o presente trabalho tem como objeto de estudo entender quais são os gargalos da formulação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo no estado do Rio de Janeiro. O recorte analítico inclui a identificação de alguns dos maiores desafios para a formulação de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide (BOP) e ao empreendedorismo social (ES/NS), cujos conceitos serão adotados a partir das definições da literatura especializada.

1.2 Problema de pesquisa e objetivos gerais e específicos

O presente trabalho apresenta como problema de pesquisa o fato de que há no estado do Rio de Janeiro desafios que dificultam a formulação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social. Esses desafios estão ligados às especificidades e à trajetória do estado, que inclui adversidades nos níveis macro, meso e micro. Desta forma, a pesquisa contribui com um melhor entendimento sobre esses desafios e de alguns de seus elementos centrais, explicitando aspectos a serem considerados pelos *policy makers* que trabalham no desenho de políticas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social no estado do Rio de Janeiro.

Considerando a relevância do trabalho e o problema de pesquisa descrito acima, importa especificar os objetivos gerais e específicos da presente análise:

- a) **Objetivo geral:** Contribuir com a ampliação da literatura sobre empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social no contexto da economia fluminense, através do apontamento de alguns dos maiores obstáculos para a formulação de políticas públicas de apoio a essas modalidades de empreendedorismo no estado do Rio de Janeiro. A fim de que este objetivo geral seja cumprido, os objetivos específicos listados abaixo foram estipulados.

b) Objetivos específicos:

- Caracterizar os conceitos de empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social de acordo com a literatura especializada, e identificar os determinantes dessas modalidades;
- Apontar aspectos importantes sobre o contexto recente macro e microeconômico do estado do Rio de Janeiro, identificando desafios centrais ligados à conjuntura econômica, política, social e institucional do estado, e ao contexto do empreendedorismo fluminense;
- Identificar a produção científica que tenha aderência ao tema a ser estudado, qual seja, o empreendedorismo na base da pirâmide e o empreendedorismo social no contexto da economia fluminense, e as políticas públicas de apoio a essas modalidades de empreendedorismo.

A definição dos objetivos supracitados teve como intuito estruturar o problema de pesquisa, e identificar as principais dificuldades para a formulação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social no estado do Rio de Janeiro. Na próxima seção será apresentada a metodologia adotada para a consecução dos objetivos definidos.

1.3 Metodologia

O presente estudo tem caráter exploratório, o qual, segundo Gil (2002), tem por objetivo proporcionar maior familiaridade do pesquisador com o problema de pesquisa, a fim de que seja possível formular hipóteses, e promover maior conhecimento sobre o tema a ser analisado. Segundo o autor, o planejamento desse tipo de pesquisa é mais flexível, uma vez que possibilita que vários aspectos relacionados ao problema de pesquisa sejam abordados. Este método de pesquisa é apropriado, especialmente, quando há poucos estudos sobre o tema escolhido.

O objetivo da presente seção é descrever as etapas metodológicas da presente pesquisa, as quais correspondem aos objetivos estipulados em conformidade com o conceito pesquisa exploratória, e com o instrumental da *Scoping Review* (ARKSEY; O'MALLEY, 2005). Assim, de acordo com o método aplicado, é válido começar mencionando as etapas da pesquisa que precederam a análise e a discussão dos resultados, quais sejam, os processos de (i) identificação do problema de pesquisa; e (ii) estruturação do problema de pesquisa. Sobre a identificação do problema, é importante pontuar que, durante seu tempo trabalhando num projeto de Iniciação

Científica (IC), a autora atuou na identificação de trabalhos sobre as políticas de apoio ao empreendedorismo tradicional no estado do Rio de Janeiro (ERJ), e também na identificação e análise de políticas de apoio ao empreendedorismo tradicional no ERJ. Esse trabalho teve como resultado a elaboração de dois artigos (um já publicado, outro no prelo), e apresentações sobre o tema em congressos dedicados ao estudo da Economia Fluminense e da Economia Industrial. Foi a partir dessas experiências que a autora observou a escassez de trabalhos científicos que abordassem a temática proposta, e uma lacuna em relação à sistematização de definições de empreendedorismo na base da pirâmide e de empreendedorismo social e de seus determinantes, as quais são importantes informações a serem consideradas na formulação de políticas públicas. Assim, após a identificação dessas lacunas, o recorte analítico do trabalho foi definido, qual seja, os desafios da formulação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social, e então as etapas de pesquisa foram acordadas. Adicionalmente, cabe dizer que a etapa de identificação do problema foi precedida de uma motivação pessoal da autora e de sua disposição para estudar sobre o empreendedorismo no âmbito do estado do Rio de Janeiro, por conta de sua vivência familiar e profissional, e de sua compreensão individual da importância do empreendedorismo como um instrumento que promove desenvolvimento econômico e reduz as consequências negativas da desigualdade de renda e de oportunidades no mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro. A partir da etapa de identificação do problema, a estruturação do problema de pesquisa foi realizada através dos procedimentos descritos a seguir, os quais correspondem aos três objetivos específicos listados na seção anterior.

Com o objetivo situar o trabalho e explicar a sua validade dentro da agenda de pesquisa da ciência econômica, o tema do empreendedorismo foi apresentado, primeiramente, como objeto de estudo de diversas disciplinas dentro e fora da academia. Posteriormente, o referencial teórico sobre o empreendedorismo na ciência econômica foi apresentado, e foram listados três motivos por que o empreendedorismo e seus impactos na economia devem ser estudados por economistas, além da menção a alguns dos principais autores que foram expoentes do tema na ciência econômica, e cujos estudos configuram notórias contribuições para o entendimento que temos atualmente sobre o empreendedorismo e a figura do empreendedor.

Após esta contextualização, uma definição dos termos empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social foi apresentada juntamente com uma sistematização dos determinantes dessas modalidades de empreendedorismo, elaborada de acordo com a literatura especializada. Essa sistematização configura a primeira parte dos resultados apresentados neste trabalho, e está ligada ao primeiro objetivo específico proposto.

Depois de definidos os termos relacionados às modalidades de empreendedorismo selecionadas, o trabalho faz uma breve discussão das políticas públicas através da perspectiva neoclássica e da contribuição neo-schumpeteriana. Além dessa discussão, também foram apresentadas algumas medidas de apoio ao empreendedorismo tradicional que já existem.

Em seguida, foi feito um apontamento dos pontos mais relevantes do contexto recente do estado do Rio de Janeiro, a partir de uma revisão bibliográfica. Estes pontos incluem: um detalhamento de crises como a econômica, fiscal, e de segurança no estado, das desigualdades de diversas naturezas, e das condições adversas para o desenvolvimento e fomento do empreendedorismo tradicional. Esta caracterização considera a trajetória do ERJ em um contexto capitalista de financeirização, e foi complementada por uma apresentação do ambiente empreendedor no ERJ, em conformidade com o segundo objetivo específico do trabalho.

Por fim, de acordo com a proposta da pesquisa exploratória, que busca promover maior conhecimento do tema a ser estudado, uma *Scoping Review* foi realizada, a fim de que a pesquisadora tivesse maior familiaridade com a produção científica sobre o empreendedorismo na base da pirâmide e sobre o empreendedorismo social no tocante às políticas públicas de fomento a essas modalidades de empreendedorismo no estado do Rio de Janeiro. A *Scoping Review* corresponde ao terceiro e último objetivo específico do trabalho.

Segundo Arksey e O'Malley (2005), em geral, uma *Scoping Review* tem por objetivo mapear de forma rápida e objetiva os conceitos-chave de uma determinada área de estudo, apresentando as principais fontes das quais o conhecimento científico foi retirado. Duas vantagens de realizar uma *Scoping Review* são, primeiramente, o fato de que os critérios de inclusão e exclusão de estudos para análise são adaptáveis e, em segundo lugar, o fato de que a análise final não precisa ter maior rigidez no que tange a qualidade das revistas em que os periódicos são publicados. Não obstante, esse tipo de pesquisa pode ser um estudo *stand-alone*, em outras palavras, uma *Scoping Review* pode representar por si mesma uma contribuição interessante, principalmente em áreas bastante complexas ou que ainda não foram amplamente analisadas em estudos anteriores. Trata-se de um mecanismo interessante de estruturação de dados, os quais são coletados a partir da busca nas fontes selecionadas (ARKSEY; O'MALLEY, 2005).

Arksey e O'Malley (2005) frisam que a *Scoping Review* não constitui um processo linear, mas interativo, e que requer a dedicação e reflexão dos pesquisadores em cada etapa e, se necessário, a repetição dos passos deve ser feita a fim de que a literatura seja selecionada de uma forma livre de viés, e com amplo alcance. A *Scoping Review* consiste na realização de cinco etapas, as quais as autoras identificam e explicam e denominam da seguinte forma: Etapa

1: identificação do problema de pesquisa; Etapa 2: identificação da literatura relevante; Etapa 3: seleção de estudos; Etapa 4: sistematização dos dados (consiste em dispor os dados em quadros); Etapa 5: compilação, análise, e relato dos resultados (ARKSEY; O'MALLEY, 2005).

Desta forma, uma vez já informados os procedimentos que envolveram a Etapa 1 do presente estudo, qual seja, a identificação do problema de pesquisa, cabe a descrição das Etapas 2 a 5 da *Scoping Review* realizada, cujo objetivo foi analisar a literatura existente sobre empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social no tocante às políticas públicas de apoio ao empreendedorismo no estado do Rio de Janeiro. Vale enfatizar que a autora aplicou a metodologia selecionada a fim de eliminar qualquer viés na seleção de artigos e, assim, prover uma alternativa para a análise de artigos com aderência ao tema.

A Etapa 2, identificação da literatura relevante, foi feita a partir de buscas de artigos científicos em bases de dados eletrônicas. As bases de dados Periódicos CAPES, *Web of Science*, *Scopus*, *Research Gate*, e *Springer* foram consultadas, primeiramente em português, e posteriormente em inglês. O período selecionado para análise compreendeu os anos 2000 a 2021, e os critérios de inclusão, escolhidos pela autora e apresentados no Quadro 1, foram adotados nessa etapa.

Quadro 1 – Critérios de Inclusão e Exclusão da *Scoping Review*

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artigos em português ou em inglês; ▪ Artigos publicados entre 2000 e 2021; ▪ Artigos Científicos; ▪ Artigos Científicos na íntegra; ▪ Artigos disponíveis na Internet; ▪ Artigos cujo escopo inclui o ERJ ou outros municípios fluminenses; ▪ Artigos cujo tema tem aderência ao tema proposto na presente pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Artigos em outras línguas que não português e inglês; ▪ Artigos publicados antes do ano 2000; ▪ Artigos ou textos não-científicos; ▪ Artigos Científicos incompletos; ▪ Resumos Expandidos; ▪ Editoriais; ▪ Monografias, Dissertações e Teses; ▪ Artigos Duplicados; ▪ Artigos indisponíveis na Internet; ▪ Artigos cujo escopo não inclui o ERJ ou nenhum outro município fluminense; ▪ Artigos cujo tema não tem aderência ao tema proposto na presente pesquisa.

Fonte: Elaboração própria

Uma vez definidos os critérios de inclusão e exclusão a serem aplicados, as buscas nas bases de dados foram feitas, primeiramente, com as seguintes palavras-chave: “Empreendedorismo Social”, “Empreendedorismo na base da pirâmide”, e “Políticas públicas empreendedorismo no Rio de Janeiro”. Posteriormente, a combinação dessas palavras-chave foi feita através do operador booleano AND, digitado com letras maiúsculas, a fim de que a resposta, ou seja, o valor “*True*”, que são os artigos resultado da pesquisa, fosse ampliada com o cruzamento dessas palavras-chave. Logo, o *input* nas bases de dados com operador booleano AND foi: “Empreendedorismo na base da pirâmide” AND “Empreendedorismo Social” AND “Políticas públicas empreendedorismo no Rio de Janeiro”. O mesmo procedimento foi realizado em inglês nas mesmas bases selecionadas para a pesquisa em português. As palavras-chave em inglês foram “*Entrepreneurship at the base of the pyramid*”, “*Social Entrepreneurship*”, e “*Public Policies entrepreneurship in Rio de Janeiro*”. O *input* com o operador booleano AND para a pesquisas em inglês nas bases de dados foi: “*Entrepreneurship at the base of the pyramid*” AND “*Social Entrepreneurship*” AND “*Public Policies entrepreneurship in Rio de Janeiro*”. A Etapa 2 foi finalizada com uma pré-análise das respostas da pesquisa, a qual consistiu na leitura do título e dos resumos dos artigos. Os artigos que não atenderam aos critérios inclusão não foram considerados para a análise. Os números iniciais de referências localizadas e o número de artigos excluídos serão dispostos no capítulo IV do presente trabalho, na seção reservada para a descrição e discussão dos resultados.

A Etapa 3, seleção de estudos, foi a etapa de pesquisa em que os artigos selecionados para análise foram escolhidos a partir da leitura de suas seções como metodologia e resultados (a leitura dos títulos e resumos já havia sido feita na Etapa 2), para avaliar se os artigos seriam excluídos a partir dos critérios de exclusão descritos no Quadro 1. A diferença entre esta Etapa e a anterior é que, na Etapa 2, apenas o título e o resumo foram lidos, e as decisões de inclusão e exclusão baseada nos critérios foi feita apenas com base nesse conteúdo dos artigos. A seleção de artigos na Etapa 3 conta com um número menor de artigos. Isso permitiu que um maior conteúdo dos artigos fosse lido no processo de seleção para a análise. Os dados sobre os artigos identificados, excluídos e selecionados em português e em inglês foram computados e serão apresentados no capítulo IV, na seção de resultados.

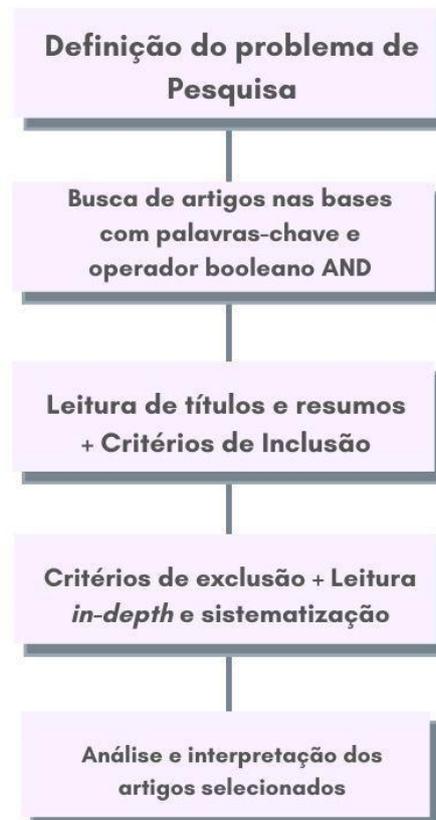
A Etapa 4 da pesquisa, em inglês “*charting data*”, sistematização dos dados (tradução minha), consistiu na disposição dos dados em um quadro síntese elaborado para cada um dos artigos selecionados na pesquisa com palavras-chave com operadores booleanos. A Etapa 4 expõe importantes informações sobre os artigos selecionados para análise, como, por exemplo: nome do autor, ano de publicação, localidade do estudo, tipo de contribuição, a população

estudada, objetivos de cada artigo, a metodologia aplicada, avaliação, e implicações importantes dos estudos (ARKSEY; O'MALLEY, 2005, p. 27, tradução minha). O conjunto de quadros síntese dos artigos analisados na pesquisa estão no Apêndice A.

Finalmente, a Etapa 5, de compilação, análise e relato dos resultados, foi a etapa em que a análise dos dados foi feita com base nos eixos temáticos estipulados após a leitura na íntegra (*in-depth*) dos textos e a elaboração dos quadros síntese. Importa mencionar que não foi elaborada uma avaliação da qualidade dos artigos. Isso acontece “*because the scoping study does not seek to assess quality of evidence and consequently cannot determine whether particular studies provide robust or generalizable findings*” (ARKSEY; O'MALLEY, 2005, p.27). Em vez disso, um relato dos resultados e uma reflexão sobre importantes aspectos do conteúdo dos estudos, como as implicações dos seus resultados, foi feita, de acordo com os objetivos do estudo e com o problema de pesquisa.

A Figura 1 apresenta um fluxograma que resume as etapas da *Scoping Review*.

Figura 1 – Fluxograma das etapas da *Scoping Review* adaptadas de Arksey e O'Malley (2005)



Fonte: Elaboração própria

1.4 Estrutura do trabalho

Além desta introdução, a monografia apresenta quatro capítulos. O capítulo II começa com a contextualização do tema do empreendedorismo como integrante da agenda de pesquisa de diversas disciplinas, e como objeto de estudo da ciência econômica. Além deste referencial, o capítulo II ainda apresenta as definições dos conceitos de empreendedorismo na base da pirâmide, e empreendedorismo social, segundo a literatura especializada. Após esta qualificação, a continuação do capítulo II apresenta ainda uma breve discussão sobre políticas públicas nas visões neoclássica e neo-schumpeteriana, e um apontamento das políticas de apoio ao empreendedorismo tradicional já em vigor no ERJ.

Em seguida, o intuito do capítulo III é o de apresentar os principais aspectos da trajetória recente do estado do Rio de Janeiro, considerando o contexto de crises e de limitações para a formulação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social. O capítulo IV apresenta o contexto da atividade empreendedora no ERJ, e a descrição e discussão dos resultados da *Scoping Review*. Por fim, o último capítulo, intitulado Considerações Finais, apresenta um resumo dos achados da pesquisa, indicando as principais contribuições e limitação do estudo, além de sugestões de pesquisas futuras que abordem o tema aqui analisado.

II. O EMPREENDEDORISMO EM DIFERENTES DISCIPLINAS E PRINCIPAIS CONCEITOS PARA A ANÁLISE DA REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

O objetivo do presente capítulo é contextualizar esta pesquisa perante a agenda de pesquisa da ciência econômica, e contribuir com uma apresentação dos conceitos de empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social e de seus determinantes, segundo a literatura especializada. O capítulo também aponta algumas limitações referentes a essas modalidades de empreendedorismo que representam um desafio para a formulação de políticas públicas.

2.1 Empreendedorismo como uma disciplina independente

O empreendedorismo tem sido objeto do interesse da academia e também fora do ambiente da educação formal, especialmente nos últimos anos. Segundo Meyer *et al.* (2014), nas últimas décadas, as análises sobre o tema foram elaboradas de forma mais robusta e com maior frequência, tornando o empreendedorismo um campo de estudo independente (MEYER *et al.*, 2014). Apesar de ter havido certa dificuldade na consolidação do tema como uma área de estudo a partir da década de 1970, nos anos 2000 vários autores se dedicaram à investigação do empreendedorismo de forma sistemática (TEIXEIRA, 2011). A referida atenção dada ao empreendedorismo está associada a diversas disciplinas, tais como a Psicologia e a Filosofia, além da Sociologia, Administração e Economia (BRAGA, 2013). Além disso, o empreendedorismo tem sido atribuído a várias aplicações, desde as aplicações teóricas, aos estudos metodológicos (TEIXEIRA, 2011). Exemplificando tal constatação, Tomei, Russo e Antonaccio (2008) apresentam seis escolas de pensamento ligadas ao empreendedorismo que influenciam o campo de estudo, quais sejam: (i) a escola bibliográfica (do indivíduo), que analisa a trajetória de diversos empreendedores, mostrando que as características empreendedoras não são adquiridas, mas inatas; (ii) a escola psicológica (das características psicológicas), que estuda o conjunto de valores e crenças compatíveis com os traços comportamentais e de personalidade dos empreendedores; (iii) a escola clássica, cujos estudos estão centrados na inovação, a partir da contribuição de Joseph Schumpeter, cuja obra inclui uma descrição e definição do empreendedor; (iv) a escola da administração (gerenciamento), a qual enfatiza o papel do plano de negócios e o planejamento estratégico; (v) a escola da liderança, que considera o empreendedor um líder que mobiliza pessoas e recursos em função de metas específicas; (vi) a escola corporativa (do intra-empendedor), que defende que as

características do empreendedor podem ser valiosas para organizações complexas (TOMEI; RUSSO; ANTONACCIO, 2008 *apud* BRAGA, 2013).

A categorização acima nos permite observar que muito se discute sobre o papel do empreendedor e sobre o empreendedorismo. Segundo Ferreira, Reis e Pinto (2017), ao reconhecerem a importância do empreendedorismo como uma disciplina e relevante campo de estudo, muitas universidades criaram *think tanks* para abordar o tema, além de terem organizado cursos de empreendedorismo no nível da graduação e, especialmente, da pós-graduação (FERREIRA; REIS; PINTO, 2017).

2.2 Empreendedorismo como objeto de estudo da ciência econômica

Como resultado da relevância do empreendedorismo como objeto de estudo, temáticas variadas como as características do empreendedor (McCLELLAND, 1961), as condições de mercado, e a análise das 5 forças de Porter (PORTER, 1998) foram moldando a agenda de pesquisa sobre o tema.

Dentre as diversas áreas que poderiam ser citadas, vale frisar, para os propósitos do presente trabalho, que o empreendedorismo também é um tema estudado na ciência econômica. Autores economistas produziram notório conhecimento sobre o empreendedorismo em suas obras sob diferentes perspectivas. Grandes expoentes como Say (1880), Knight (1921), Baumol (1968;1990), e Schumpeter ([1911]1934; 1942) produziram alguns dos mais influentes estudos sobre o empreendedorismo, os quais revisitaremos brevemente à frente. Não obstante tão virtuosa contribuição para o campo da ciência econômica, vale mencionar o motivo pelo qual o empreendedorismo deve ser considerado uma importante área de estudo de interesse para a ciência econômica, segundo a perspectiva *mainstream*.

Segundo Berglann *et al.* (2011), há três principais motivos os quais podem motivar os economistas a entender melhor o empreendedorismo e suas diferentes dimensões. O primeiro deles é também o mais óbvio de acordo com os autores, qual seja, importa estudar o empreendedorismo, pois a ação empreendedora é uma fonte de geração de riqueza. Isso significa dizer que, por gerar valor adicionado à economia, o empreendedorismo se torna um interessante objeto de investigação. Os autores mencionam um segundo motivo, que é a geração de externalidades associada à ação empreendedora. A pesquisa aponta que o empreendedorismo pode gerar externalidades positivas como, por exemplo, novos espaços num mercado de trabalho que apresenta imperfeições, os quais podem beneficiar trabalhadores e empregadores, ou a introdução de novos produtos e serviços, que podem beneficiar os consumidores. Os

autores afirmam ainda que há a possibilidade de o empreendedorismo gerar externalidades negativas, como o *rent-seeking* e o roubo de negócios, o que, para eles, faz com que o desenho e a implementação de políticas públicas sejam necessários. Uma terceira razão pela qual interessa aos economistas o estudo do empreendedorismo é o fato de o mesmo representar uma importante fonte de flexibilidade laboral (BERGLANN *et al.*, 2011, p.1), uma vez que o estudo da ação empreendedora e de sua inserção no mercado formal ou informal pode prover maiores informações sobre as relações de trabalho de maneira menos determinística.

Além de estas razões serem pertinentes para as discussões no âmbito da ciência econômica e apresentarem implicações importantes, vale dizer que não há consenso sobre o empreendedor e seu papel na economia, e nem mesmo sobre as suas funções e definição. Aqui não cabe senão uma breve recapitulação das principais e mais influentes contribuições sob uma perspectiva evolutiva, considerando que cada autor mencionado e, conseqüentemente, suas contribuições não estão destacadas do tempo e do espaço em que estavam inseridos.

2.2.1 Economistas e a difusão do empreendedorismo na ciência econômica

Como mencionado nesta seção, o termo e os determinantes do empreendedorismo não permaneceram estáticos durante os séculos. Algumas das contribuições mais relevantes e influentes sobre o empreendedorismo foram dadas por economistas que se dispuseram a refletir sobre o tema. Assim, algumas reflexões formais sobre o empreendedorismo na Economia serão aqui abordadas.

A literatura especializada em empreendedorismo coloca que a palavra neolatina *entrepreneur* foi difundida na ciência econômica por Richard Cantillón (1755), primeiramente, e por Jean-Batiste Say (1880). Cantillón e Say foram bastante influenciados pelo contexto em que estavam inseridos, o qual incluía a prevalência dos ideais liberais, racionalistas e individualistas (BITTAR; BASTOS; MOREIRA, 2014). Cantillón acreditava que o empreendedor tinha o fundamental papel de assumir os riscos de investir *a priori*, sem ter real percepção de sua curva de demanda, e sem saber se os investimentos realizados teriam bom (ou qualquer) retorno (BHIDE, 2000). Por sua vez, Say acreditava que o empreendedor se utilizava dos recursos disponíveis para providenciar produtos úteis (ZEN; FRACASSO, 2008). Say (1880) ainda aprofundou a difusão do entendimento do empreendedor ao atribuir ao empreendedorismo papel central nos processos de distribuição e de produção (BITTAR; BASTOS; MOREIRA, 2014).

Posteriormente, a teoria neoclássica também se dedicou a estudar o empreendedorismo (BAUMOL, 1993). A princípio, esses estudos eram ligados aos pressupostos neoclássicos como a maximização das preferências, racionalidade perfeita, e a inexistência de incerteza e de assimetria de informações. Essa visão determinística e generalizada foi formulada com base na teoria de preços e na noção neoclássica de equilíbrio (KUPFER; HASENCLEVER, 2013), fortemente atrelada a mecanismos da estática comparativa.

A teoria neoclássica abriu caminho para um melhor entendimento da firma e do empreendedorismo a partir dos estudos de Marshall (1890) e Pigou (1928) que abrangeram aspectos ligados ao equilíbrio estático e à teoria da firma. O conceito de concorrência na abordagem neoclássica considera que há pleno conhecimento da demanda e da oferta, que as preferências dos agentes não mudam, e que a incerteza, os erros e a criatividade não são considerados como uma possibilidade. Nesse modelo, os produtos e serviços são homogêneos, e há livre entrada e saída de *players* no mercado, que são muito numerosos e tomadores de preço. Estas condições são compatíveis com o modelo de competição perfeita. Uma alternativa a esse modelo surgiu com as contribuições de Chamberlin (1933) e Robinson (1933), cujas ideias romperam com alguns pressupostos indispensáveis para a existência de mercados perfeitamente competitivos, principalmente no que tange a diferenciação de produtos, que resulta da existência de assimetria de informações. Esses estudos lançaram as bases para a busca por um melhor entendimento do modelo de competição imperfeita, situação que permite que alguns empreendimentos tenham destaque sobre outros (ROCHE, 2017).

Assim, com o tempo, esses fatores determinísticos e lineares e os pressupostos limitantes deixaram de ser a maior força dominante e norteadora dos argumentos neoclássicos (CASSON, 2003), e alguns dos pressupostos supracitados foram parcialmente abandonados. Alguns teóricos neoclássicos admitiram, por exemplo, que a racionalidade perfeita é limitada no caso de alguns indivíduos, e que as informações completas sobre as oportunidades de lucros podem estar dispersas no mercado, de forma que seria muito custoso erradicar a assimetria de informações. Nesse caso, há a possibilidade de que erros sejam cometidos por conta da dificuldade de acesso à informação (ROCHE, 2017).

Contudo, a teoria neoclássica considera a incerteza como um fator exógeno na emergência de novas oportunidades de produzir com lucros. Essa lacuna é abordada por Frank Knight, que em seu livro “*Risk, Uncertainty and Profit*” (1921) difere risco de incerteza (BITTAR; BASTOS; MOREIRA, 2014). O autor explica que o risco é redutível a cálculos probabilísticos, mas não a incerteza. Transportando essa compreensão para o empreendedorismo, é possível dizer que a incerteza *knightiana* viabiliza a criação de

oportunidades de novos negócios lucrativos, caso contrário, toda e qualquer renda poderia ser reduzida a montantes equivalentes à produtividade marginal dos fatores de produção. Desta forma, o empreendedor *knightiano* poderia até mesmo prever seus resultados, não fosse a incerteza. Assim, considerando as condições de incerteza, o empreendedor deve contar com estimativas subjetivas, as quais podem conter erros e omissões, e permitem que haja discrepâncias de preço. Todavia, na teoria esses erros nunca são associados a lacunas de competência (ROCHE, 2017).

Como é possível entender a partir do exposto, a perspectiva neoclássica não foi uníssona em relação ao empreendedorismo e ao empreendedor com o passar do tempo, o que abriu espaço para autores como William Baumol (1968;1990), que em 2003 ganhou a premiação *International Award for Entrepreneurship and Small Business Research* em reconhecimento à sua contribuição que associou o empreendedorismo ao crescimento econômico. Baumol produziu diversos estudos ligados ao empreendedorismo, os quais incluem desde uma perspectiva mais próxima dos pressupostos neoclássicos, até as obras em que enfatiza o comportamento empreendedor sem abandonar os fundamentos axiomáticos dos modelos econômicos *mainstream* (ELIASSON; HENREKSON, 2004). A obra de Baumol (1968) sobre o empreendedorismo inclui ainda um estudo que, dentre muitas coisas, aponta para a dificuldade da teoria econômica de formular análises sobre o empreendedor e sobre o empreendedorismo.

Um importante aspecto da contribuição de Baumol inclui sua preocupação em colocar o empreendedorismo como um instrumento do crescimento econômico. O autor teorizou o comportamento empreendedor como a resposta a incentivos dados pelo arcabouço institucional, e tentou entender o porquê de o empreendedorismo ter conseguido ser a força motriz do desenvolvimento em alguns países, e em outros não. Seu trabalho indica que a alocação de recursos e de talentos em diferentes empreendimentos, sejam eles produtivos, improdutivos, ou destrutivos é o que vai determinar a performance econômica. Logo, segundo o autor, deve haver condições favoráveis para a alocação de recursos a fim de fomentar o desenvolvimento de negócios produtivos, em detrimento dos empreendimentos destrutivos e improdutivos. Baumol (1990) sugere ainda que o arcabouço institucional é um mecanismo chave para que os esforços da ação empreendedora logrem êxito na economia capitalista (AEENI *et al.*, 2019).

No entanto, Baumol não foi o único a associar o desenvolvimento econômico ao empreendedorismo. A obra de Joseph A. Schumpeter, autor cujas contribuições para a teorização econômica do empreendedorismo resistem ao tempo e moldaram o empreendedorismo como disciplina independente, tornou-se uma das maiores, ou a maior,

referência teórica sobre o empreendedorismo e sobre a figura do empreendedor e sua relação com a criação de novos produtos e mercados (FERREIRA; REIS; PINTO, 2017; BITTAR; BASTOS; MOREIRA, 2014).

Assim como Baumol, Schumpeter ([1911]1934) também afirmou que o empreendedorismo é necessário para promover mudanças econômicas. Baumol (1968) ainda elogiou o brilhantismo do trabalho de Schumpeter ao identificar a “forma e a função” do empreendedor, além de conferir ao empreendedor o reconhecimento de sua importância na economia. Baumol (1968) aponta que a teoria econômica neoclássica, ainda que reconhecesse o papel fundamental do empreendedor como o ápice da hierarquia da literatura sobre os determinantes do comportamento da firma e sua vital importância para o empreendedorismo, falhou em trazer definições claras e específicas sobre o empreendedor. Baumol afirma ainda que os trabalhos de Schumpeter e, em alguma medida, de Knight, foram relevantes no sentido de promover maior reconhecimento e conhecimento da figura do empreendedor (BAUMOL, 1968, p. 64).

Schumpeter construiu durante sua carreira notório repertório sobre o empreendedorismo e sobre o empreendedor enquanto um agente econômico capaz de, através da introdução de novos produtos e serviços, criar mercados (BITTAR; BASTOS; MOREIRA, 2014). As ideias de Schumpeter ainda se encontram presentes no estudo do empreendedorismo enquanto disciplina e, segundo Nelson (2012, p. 901), “*recent developments have increased the interests of economists in innovation and in innovation driven economic activity, and the time now may be ripe for a renaissance of Schumpeterian economics*”. No entanto, não só economistas, mas estudiosos de diversas áreas têm demonstrado interesse por seu trabalho, uma vez que Schumpeter é o autor mais citado em trabalhos cujo objeto de estudo é o empreendedorismo ou o empreendedor (FERREIRA; REIS; PINTO, 2017).

O pioneirismo de Schumpeter se dá em sua percepção sobre o empreendedor, e em seu rompimento com a lógica da concorrência neoclássica ao preterir os modelos de equilíbrio geral e ao introduzir seu argumento de que os ciclos econômicos são constantemente interrompidos por inovações, as quais promovem mudança nos caminhos econômicos conhecidos (FERREIRA; REIS; PINTO, 2017). Assim, na *concorrência schumpeteriana*, a introdução das mudanças disruptivas são decorrentes da busca constante por diferenciação, a qual irrompe a partir de estratégias deliberadas e que podem envolver qualquer dimensão do “espaço econômico”. Nessa teoria, a empresa é a unidade de análise, e o mercado o *locus* em que a diferenciação pode ocorrer. A diferenciação pode se manifestar de diversas formas, até mesmo em termos dos elementos ligados às formas de organização produtiva, ou em termos

geográficos. Assim, este tipo de concorrência é caracterizado pela busca de novas oportunidades econômicas, as quais, se bem-sucedidas, podem representar vantagens competitivas capazes de produzir lucros extraordinários, situação compatível com os monopólios, ainda que por pouco tempo e em menor grau (POSSAS, 2013).

Pesquisadores proeminentes da obra schumpeteriana como Langlois (1996; 2002) apontam que a visão de Schumpeter sobre o empreendedor e sobre o empreendedorismo, no entanto, tem duas fases: a inicial e posterior. A fase inicial é marcada pela publicação da obra *The Theory of Economic Development* ([1911]1934), em que os atributos individuais e a motivação individual do empreendedor são o cerne das mudanças que promovem desenvolvimento econômico (BITTAR; BASTOS; MOREIRA, 2014; FERREIRA; REIS; PINTO, 2017). De acordo com Schumpeter ([1911]1934), o empreendedor é um indivíduo que promove inovação ao introduzir algum produto, serviço, ou método novo, em que pese sua noção de que boa parte das inovações introduzidas por esse indivíduo são produto da reorganização e combinação de elementos que já existem. Assim, a fase inicial de Schumpeter compreende que o empreendedorismo é uma fonte de geração de valor capaz de gerar descontinuidade. Essa descontinuidade é chamada de “destruição criativa”, enfatizada na fase posterior de Schumpeter. Trata-se de um processo liderado pelo empreendedorismo e consiste na introdução de inovações em produtos, serviços, ou métodos ao “espaço econômico” (POSSAS, 2013). O processo acaba por tornar obsoletos alguns sistemas e mercados capitalistas existentes, e assim promove crescimento econômico (FERREIRA; REIS; PINTO, 2017). A fase posterior de Schumpeter corresponde aos escritos de seu livro publicado em 1942, intitulado *Capitalism, Socialism and Democracy*, escrito no contexto pós crise de 1929 e pós I e II Guerra Mundial, em que Schumpeter pontua o seguinte sobre o papel da “destruição criativa” no capitalismo: “*this process of Creative Destruction is the essential fact about capitalism. It is what capitalism consists in*” (1942, p.83). A fase posterior atribui a “destruição criativa”, às grandes organizações, as quais são as grandes responsáveis pela introdução de inovações disruptivas.

Embora Freeman (1982) considere as fases de Schumpeter um resultado das mudanças do século e da orientação histórica que valorizava o papel das grandes organizações, segundo Langlois (1996), a fase inicial de Schumpeter ([1911]1934) começa descrevendo o empreendedorismo pessoal, caracterizado pela liderança carismática, que é seguida por uma mudança de *rationale*. Langlois (1996) afirma que a fase posterior de Schumpeter (1942), a que ele chama de a fase da obsolescência, não se reduz ao fato de que as grandes organizações são as responsáveis pela articulação e realização da inovação empreendedora. Em vez disso, afirma

o autor, a fase posterior revela uma mudança de orientação, em que Schumpeter aponta que as organizações são a fonte de mudança econômica. Langois (1996) sustenta esse argumento ao dizer que, se em Chandler (1977) grandes organizações são o resultado da mudança econômica, na visão posterior schumpeteriana, a mudança econômica é o resultado da atuação de grandes organizações (BITTAR; BASTOS; MOREIRA, 2014; LANGOIS, 1996).

O trabalho de Schumpeter inspirou muitos estudos e debates (FERREIRA; REIS; PINTO, 2017) e escolas de pensamento econômico, inclusive a corrente de economistas chamados neo-schumpeterianos e evolucionistas, cujas ideias, em sua vertente mais microeconômica, distam da tradição neoclássica. Desde a década de 1980, essa corrente propõe teorias que não se fundamentam no equilíbrio, mas utilizam a base schumpeteriana e algumas contribuições da corrente institucionalista a fim de criar um novo paradigma microeconômico cuja natureza não é determinística, em que a dinâmica da concorrência é centralizada na inovação. Dessa corrente surge uma nova agenda de pesquisa que critica, debate, e amplia a contribuição de Schumpeter ([1911]1934;1942) e propõe que a heterogeneidade de atores é muito importante no processo de inovação (HANUSCH; PYKA, 2007).

Para os evolucionistas, a inovação e a concorrência são dependentes da trajetória (*path dependent*), e como a trajetória está sujeita a mudanças no tempo cronológico e lógico, a dinâmica da mudança econômica deve ser considerada a partir da perspectiva evolucionária. Além disso, em sua análise microdinâmica, os evolucionários também propõem que, em vez da racionalidade perfeita ou substantiva, os agentes econômicos possuem racionalidade limitada (*bounded*) e processual (*procedural*), termo utilizado por Simon (2000), que também introduziu a ideia de barreiras cognitivas.

Dentre os principais expoentes da corrente evolucionária, Nelson e Winter (1982) se destacam por terem criado em sua analogia evolucionária as noções de busca (*search*) de inovações, produtos da estratégia das empresas, e de seleção (*selection*), a qual ocorre no mercado e através de outras instituições que elegem as inovações que sobrevivem no capitalismo (KUPFER; HASENCLEVER, 2013; POSSAS, 2013), à semelhança da seleção natural na biologia. A trajetória resultante, ou seja, a evolução temporal observada para a unidade de análise é modificada endogenamente e de acordo com as particularidades existentes por meio desses mecanismos de busca e seleção (POSSAS, 2013).

A corrente neo-schumpeteriana também avança no sentido de explicar melhor o papel dos imitadores que entram no mercado após as mudanças disruptivas. Uma importante contribuição de Freeman (1982) consiste na compreensão de que nem sempre os lucros extraordinários são realizáveis no caso dos imitadores. Isso significa dizer que, na competição

schumpeteriana, alguns *players* podem ficar para trás e nunca realizar lucros compatíveis com a situação de monopólio, até que chegue outro ciclo recessivo e, depois desse, uma nova mudança estrutural promovida pelas inovações e pela difusão das inovações. Neste contexto econômico moderno, as políticas públicas têm destaque, uma vez que estas podem estimular um ambiente favorável à inovação tecnológica.

Não obstante, apesar de a teoria econômica ter o empreendedorismo e o empreendedor como objeto de pesquisa em diferentes correntes e perspectivas, para Casson (2003), os paradigmas ligados à ciência econômica que dominam a literatura atualmente apenas evidenciam o papel do fluxo de produção e do capital, dando menor importância aos fluxos de informação, em que o empreendedor tem papel fundamental (CASSON, 2003; VALE, 2014).

A partir da leitura da revisão elaborada acima, é possível observar que a evolução do conceito de empreendedorismo na agenda de pesquisa da ciência econômica não se deu apenas no nível léxico e científico, mas incluiu a própria substância dos determinantes do empreendedorismo. Contudo, ainda que, conforme apresentado nesta subseção, as percepções sobre o empreendedor e sobre o empreendedorismo na teoria econômica não sejam consensuais e apresentem limites, é possível dizer que os estudos na área da Economia sobre o tema contribuem de forma robusta para o avanço da literatura sobre o empreendedorismo tradicional.

2.3 Empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social

Nos últimos anos, houve várias crises no sistema capitalista, e o aumento da concentração da renda, a privatização de ganhos e a socialização das perdas se tornaram características do atual padrão de acumulação (BRAGA *et al.*, 2017). O estado do Rio de Janeiro tem a segunda maior economia do país, mas, em todo o estado, a renda da população 1% mais rica é 56 vezes mais alta do que a da população 20% mais pobre, sendo que 2,5% da população mais pobre vive em extrema pobreza. Além disso, 83% da população fluminense ganha menos de dois salários mínimos, e a maioria dos lares (56%) é chefiado por mulheres pretas ou pardas em situação de vulnerabilidade social (FECOMÉRCIO; IFEC, 2019).

No presente trabalho, a redução da miséria, da pobreza e das desigualdades é tida como parte importante do desenvolvimento econômico, e o empreendedorismo é considerado um instrumento de combate a condições sociais desfavoráveis, como o desemprego (VALENTIM, PERUZZO, 2018; HART, 2003), o que é relevante especialmente para o estado do Rio de Janeiro, que tem tido expressiva piora no mercado de trabalho desde 2015, e cuja renda é majoritariamente composta pelos rendimentos do trabalho (FECOMÉRCIO; IFEC, 2019).

A fim de qualificar melhor a orientação empreendedora, a pesquisa GEM, dentre outras contribuições, estuda as motivações para empreender. Após vários anos, a publicação de 2019 da GEM pontuou que reduzir as motivações para empreender a apenas duas opções não é o ideal para que se entenda a real motivação para a abertura, manutenção e expansão de negócios. Assim, a partir de debates e discussões, houve mudanças metodológicas a fim de que a pesquisa contemplasse a multiplicidade da motivação para empreender, a partir da aplicação de afirmações não excludentes, com modelos de resposta em gradiente, para que os formuladores de políticas possam avaliar de forma mais precisa os impactos das políticas (GEM, 2019).

Em conformidade com essa mudança metodológica da GEM, o presente trabalho não considera apenas essas duas motivações, quais sejam, oportunidade e necessidade, mas aponta que diferentes modalidades de empreendedorismo podem coexistir em diferentes contextos. Nesse sentido, é válido analisar o objeto de estudo deste trabalho, qual seja, os desafios para a formulação de políticas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social a partir de uma caracterização desses termos de acordo com a literatura especializada. Na presente seção, algumas das principais definições de empreendedorismo na base da pirâmide e de empreendedorismo social são apresentadas considerando-se também os determinantes dessas modalidades de empreendedorismo. As referências selecionadas para essa etapa do trabalho são de artigos científicos, livros profissionais e relatórios organizacionais.

Em relação ao empreendedorismo na base da pirâmide, é necessário começar com algumas observações esclarecedoras. A primeira observação é em relação à própria definição do que é a base da pirâmide. O termo base da pirâmide, em inglês *base/bottom of the pyramid* (BOP), refere-se à população com renda baixíssima. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2016 classificou que as pessoas que integram a base da pirâmide sobrevivem com até U\$ 8 por dia, ou (muito) menos do que esse valor. Em geral, os especialistas apontam que o montante é, em média, aproximadamente U\$2.50 por dia, ou até mesmo U\$1.25, em alguns casos (DELOITTE, 2017). Logo, falar da base da pirâmide é considerar pessoas em contextos muito desafortunados e que sofrem exclusão social.

Um outro aspecto a ser pontuado sobre o empreendedorismo na base da pirâmide é a evolução do entendimento desse termo ao longo dos anos. Durante as quase duas décadas em que o termo empreendedorismo BOP tem sido estudado, mudanças em seu sentido têm sido observadas, das quais as principais serão aqui referidas como BOP 1.0, BOP 2.0, e BOP 3.0. Na fase BOP 1.0 da literatura sobre a base da pirâmide, os autores concebiam essa população

como um mercado consumidor que representava oportunidades que poderiam ser exploradas por empresas já estabelecidas; esta agenda de pesquisa citava a importância da “*Fortune at the BOP*”. A fase BOP 2.0 discute o papel da inserção econômica e do alívio da pobreza da população da base da pirâmide através do empreendedorismo, especialmente microempreendedorismo. A fase BOP 3.0 incorpora à agenda de pesquisa da fase BOP 2.0 estudos mais recentes sobre sustentabilidade e impacto socioambiental (DEMBEK; SIVASUBRAMANIAM; CHMIELEWSKI, 2019). A preocupação maior deste trabalho será com o empreendedorismo na base da pirâmide compatível com a fase BOP 2.0, a que La Rovere *et al.* (2021) chamam de empreendedorismo gerador de renda e emprego.

Em relação ao empreendedorismo social ou negócios sociais, em inglês *social entrepreneurship* e *social business*, é importante esclarecer que o termo foi cunhado inicialmente pelo professor e primeiro economista ganhador do prêmio Nobel da paz Muhammad Yunus. Sua contribuição ganhou popularidade a partir de suas ideias relacionadas ao microcrédito. Yunus introduziu o termo negócios sociais em livros e palestras sobre o tema, que tem sido bastante estudado em diversos países. A influência de Yunus, para além da literatura, também é prática. O Yunus Centre, um *hub* de negócios sociais no nível global, e a Yunus Negócios Sociais são iniciativas que estimulam pequenos e grandes negócios de diversas formas (YUNUS CENTRE, 2021).

No livro *Creating a World Without Poverty: Social Business and the Future of Capitalism*, o economista afirma que as organizações sem fins lucrativos ou organizações não-governamentais também têm por objetivo endereçar problemas sociais e/ou ambientais, mas atribui a ação dessas organizações à caridade. Neste sentido,

The persistence and even worsening of global poverty, endemic disease, homelessness, famine, and pollution are sufficient evidence that charity by itself cannot do the job. Charity too has a significant built-in weakness: It relies on a steady stream of donations by generous individuals, organizations, or government agencies. When these funds fall short, the good works stop. And as almost any director of a nonprofit organization will tell you, there is never enough money to take care of all the needs (YUNUS, 2007, p.10).

Em contraste, a proposta de Yunus de negócios sociais prevê que os donos/acionistas dos negócios sociais recuperem necessariamente o montante investido, e nenhum valor a mais do que isso. A ideia é que os negócios sejam autossustentáveis e que haja lucro, mas o montante que não for devolvido aos acionistas e que não for gasto na manutenção da empresa deve ser alocado em sua totalidade com o fim de financiar algum projeto de valor social ou com o fim

de contribuir com a resolução de um ou mais problemas sociais. Assim, os lucros da empresa não são privatizados, mas socializados (YUNUS CENTRE, 2021).

Essa compreensão de socialização dos ganhos e o próprio termo empreendedorismo social tem gerado uma miríade de interpretações. No entanto, aqui entenderemos empreendedorismo social conforme cunhado por Muhammad Yunus, e não com uma visão mais ampla, como a de Hall *et al.* (2012), que considera negócios sociais todos aqueles que causam impacto social positivo, o que englobaria empresas que atuam na base da pirâmide, organizações sem fins lucrativos etc. Em vez disso, seguindo a definição de Yunus, apenas as empresas que reservam cem por cento do seu lucro para estimular a resolução de problemas sociais serão consideradas negócios sociais.

Considerando a relevância dos conceitos abordados nesta seção, como parte da contribuição do presente trabalho, a Tabela 1 corresponde a uma síntese dos conceitos apresentados de BOP 1.0, 2.0, 3.0, e Empreendedorismo Social, juntamente com seus fatores determinantes.

Tabela 1 – Síntese dos conceitos de BOP e Empreendedorismo Social

	Autor(a), ano	Determinantes
Empreendedorismo na base da pirâmide (BOP 1.0)	Prahalad, C.K.; Hart, S.L, 2002	Foco no Mercado consumidor; " <i>Fortune at the base of the pyramid</i> "; pobreza = oportunidade de ampliar o mercado consumidor de empresas voltadas para a realização de lucros.
Empreendedorismo na base da pirâmide (BOP 2.0)	Singh, J.; Dutt, P., 2019 Dalglish, C.; Tonelli, M., 2016 Smith, B.R.; Knapp, J.R.; Cannatelli, B.L., 2020	Foco no Microempreendedorismo; alívio da pobreza; microcrédito; Orientação para o mercado.
Empreendedorismo na base da pirâmide (BOP 3.0)	Pedrozo, E., 2015 London, T., 2016	Impacto socioeconômico e ambiental; desenvolvimento sustentável <i>bottom-up</i> ; Inovação.
Empreendedorismo Social (Negócios Sociais)	Yunus, M., 2007 Yunus, M., Moingeon, B., Lehmann-Ortega, L., 2010 Siqueira, A.C.; Mariano, S.R.H.; Moraes, J., 2014	Impacto socioeconômico e ambiental; reinvestimento de lucros; autossustentabilidade; socialização da geração de valor.

Fonte: Adaptado de Dembek, K.; Sivasubramaniam, N.; Chmielewski, D.A, 2019.

Três aspectos podem ser pontuados a partir da análise dos determinantes das modalidades de empreendedorismo supracitadas. A primeira observação é referente ao BOP 3.0. Como é possível ver a partir da Tabela 1, a modalidade BOP 3.0 também tem como elemento central o impacto socioeconômico e ambiental. Contudo, empresas BOP 3.0 não são consideradas negócios sociais, a menos que revertam a totalidade de seus lucros para a resolução de problemas sociais. Em segundo lugar, é interessante observar que, para a maioria dos autores, independentemente da modalidade de empreendedorismo que estiverem analisando, o microcrédito tem protagonismo como fomento ao empreendedorismo. Em terceiro lugar, vale salientar o papel da inovação para as modalidades analisadas, especialmente para o empreendedorismo BOP 3.0, e Empreendedorismo Social. A inovação é importante nessas modalidades de empreendedorismo por conta de seu potencial de geração de impacto positivo social.

Embora a literatura aborde a importância dessas modalidades de empreendedorismo na redução das desigualdades e na inclusão social, foi observado que há escassez de indicadores que viabilizem a avaliação desses impactos positivos. Essa lacuna na formulação de indicadores representa um obstáculo para os *policy makers* e para o desenho de políticas que estimulem o empreendedorismo BOP e o empreendedorismo social.

No entanto, escassez de dados estruturados sobre o empreendedorismo não é exclusivamente uma adversidade característica do empreendedorismo BOP e do empreendedorismo social. Segundo o relatório Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) de 2020, uma iniciativa da ENDEAVOR em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

As diferenças entre as várias perspectivas analíticas sobre empreendedorismo resultam em uma variedade de perguntas, proposições teóricas e hipóteses sobre as causas e determinantes do empreendedorismo. A ausência de unidade teórica e analítica, que é natural e necessária para a produção de conhecimento acadêmico, torna-se um problema para formuladores de políticas e analistas (ICE, 2020, p. 33).

Desta forma, há espaço e necessidade de desenvolvimento de propostas de indicadores e de instrumentos que promovam mais informação sobre o empreendedorismo tradicional, empreendedorismo na base da pirâmide, e empreendedorismo social, a fim de que os *policy makers* tenham conhecimento dos obstáculos a serem superados. As próximas seções apresentam alguns pontos pertinentes sobre as políticas que os *policy makers* também devem considerar.

2.4 Políticas públicas: uma revisão das visões neoclássica e neo-schumpeteriana

Diferentemente da teoria neoclássica, que entende que os erros cometidos no empreendedorismo não podem ser decorrentes de lacunas na capacidade (ROCHE, 2017), a visão evolucionária inclui ainda a noção de aprendizado e capacidade dos agentes econômicos (HANUSCH; PYKA, 2007). Segundo essa lógica, as políticas públicas direcionadas ao empreendedorismo não são elaboradas e desenhadas com o intuito de corrigir falhas de mercado. A visão neo-schumpeteriana refuta a ideia de que as políticas públicas devem somente intervir no funcionamento do mercado para promover a resolução de *anomalias* ou distorções conhecidas como “falhas de mercado”, as quais representam um desvio na noção neoclássica de concorrência. Alguns exemplos de falhas de mercado para a corrente neoclássica incluem: a existência estruturas de mercado ou condutas não competitivas, a ocorrência externalidades, a administração de bens públicos, direitos de propriedade comuns, e o diferencial de taxas de preferências intertemporais sociais e privadas (QUEIROZ; FIANI, 2013; FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2013).

Por sua vez, a abordagem neo-schumpeteriana, a fim de promover melhor entendimento sobre o desenvolvimento econômico, enfatiza o papel do conhecimento, da inovação e do empreendedorismo (inovador) no processo de concorrência. Neste sentido, a visão neo-schumpeteriana associa a necessidade de políticas públicas à evolução das competências dos agentes econômicos (KUPFER, HASENCLEVER, 2013), em conformidade com a noção de *concorrência schumpeteriana*, um processo entendido ao longo do tempo.

Gadelha (2001) aprofunda a contribuição neo-schumpeteriana, e pontua que as políticas devem ser pensadas no contexto da concorrência, pois esta é o espaço econômico em que as inovações são inseridas. O autor argumenta ainda que a visão polarizada de políticas verticais (que selecionam alguns setores de interesse) ou horizontais (que incluem iniciativas menos específicas) não devem ser excludentes e que “simultaneamente, *o caráter sistêmico do ambiente empresarial e a especificidade e diversidade dos padrões evolutivos das estruturas industriais*” deve ser enfatizado (p. 152, ênfase original).

É válido mencionar, a partir dessa compreensão, que certa regularidade está envolvida no desenho e implementação da política industrial. Embora isso seja verdade também para as políticas de apoio ao empreendedorismo, deve-se considerar (principalmente no que tange as modalidades de empreendedorismo que compõem o recorte analítico desta pesquisa), que as características de cada contexto e época, tais como, orientação política, ciclos econômicos, e tendências de mercado não são estáticos. Isso significa dizer que, em vez de escolher os eixos,

objetivos e procedimentos binários, ou estáticos, o desafio dos *policy makers* é lidar com a racionalidade processual e com o desafio de enxergar o melhor cenário (SIMON, 1969) em contextos sujeitos a constantes transformações e com alta incerteza.

Considerando as ideias expostas, é possível entender que a ideia de política, baseada no entendimento neo-schumpeteriano da dinâmica capitalista e no papel dos atores econômicos é essencial para o desenho de políticas públicas que apoiem o empreendedorismo, o ambiente em que a ação empreendedora acontece e a capacitação empreendedora.

Achados mais recentes, como o de Dornelas (2018), corroboram esse argumento. O autor enfatiza que o conceito e a imagem do empreendedor mudaram com o tempo, passando ele a ter maior compatibilidade com a imagem de um indivíduo tomador de riscos, cujas características não são inatas, mas podem ser ensinadas:

Qualquer curso de empreendedorismo deveria focar: a identificação e o entendimento das habilidades do empreendedor; a identificação e análise de oportunidades; as circunstâncias nas quais ocorrem a inovação e o processo empreendedor; a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico; a preparação e utilização de um plano de negócios; a identificação de fontes e obtenção de financiamento para o novo negócio; e o gerenciamento e crescimento da empresa (DORNELAS, 2018, p. 31).

O conceito de capacitação empreendedora tem sido difundido e o empreendedorismo como disciplina é ensinado em todo o Brasil dentro e fora das universidades. O último relatório sobre empreendedorismo no Brasil do GEM (2019) confirma a compreensão de que a capacitação está associada à atividade empreendedora. Além disso, entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) têm buscado trazer ao alcance dos interessados as iniciativas presenciais e de ensino a distância, as quais alcançam cada vez mais pessoas que querem criar, manter, ou expandir seus pequenos negócios. Esse é um bom indicativo de como as políticas de apoio ao empreendedorismo ganharam espaço, como será visto na próxima seção.

2. 5 Políticas de apoio ao empreendedorismo tradicional

Segundo Matias-Pereira (2016), uma característica importante das sociedades modernas é sua diferenciação social. Essa diferenciação é a causa de conflitos que podem conciliados pela atuação de políticas públicas. Ainda segundo o autor:

o interesse pela área de políticas públicas no âmbito da sociedade brasileira está aumentando de forma significativa, na medida em que cresce o envolvimento e o nível de conscientização da população sobre os efeitos dessas políticas na vida do cidadão, desde o âmbito local, estadual e nacional. Na verdade, a política pública pode influenciar a vida de todas as pessoas que são afetadas direta ou indiretamente por problemas que estão relacionados às esferas públicas (*policy*) e política (*politics*) (p. 233).

Para Hart (2003), todos aqueles interessados no crescimento econômico sustentado devem se preocupar com a formulação de políticas de apoio ao empreendedorismo. O nível de empreendedorismo e as condições em que a ação empreendedora é realizada afetam a vitalidade econômica de comunidades, regiões, estados e países. Para o autor, os *policy makers* têm grande responsabilidade em mãos, mas pouco se sabe sobre os caminhos da política pública que efetivamente apoiam o empreendedorismo, por isso ressalta a necessidade de que a formulação de políticas públicas de fomento à ação empreendedora se torne uma tarefa que reúne os esforços de diversos atores (HART, 2003).

De acordo com Bezerra *et al.* (2014), desde a década de 1990, a literatura sobre as políticas de apoio ao empreendedorismo conta com trabalhos que associam as políticas da administração pública às estratégias na iniciativa privada, e trabalhos que, em contrapartida, consideram as políticas como uma manifestação do protagonismo do governo.

Essas e outras perspectivas que surgiram nesse período resgatam o debate da intervenção Estatal e sobre o tamanho do Estado, o que pode ser evidenciado nas discussões sobre as políticas com implementação *bottom-up* e *top-down*. Além das divergências de perspectivas, segundo Spink (2013), o campo das políticas de apoio ao empreendedorismo tradicional ainda se encontra em formação no Brasil, e suas complexidades, como a falta de estabilidade do entendimento do papel dos atores, dificultam a definição de interesses, posicionamentos, proposições, e até mesmo a estruturação de divergências, ainda que esforços de fomento sejam observados (SPINK, 2013).

A literatura que trabalha o conceito de ecossistemas de empreendedorismo pontua que alguns aspectos, se observados, podem promover o empreendedorismo de forma orgânica e virtuosa. Dentre os autores que fazem apontamentos sobre aspectos essenciais para o estímulo do empreendedorismo através de políticas públicas, ações públicas, e ações privadas, Mazzarol (2014) pontua nove elementos a serem considerados no fomento a ecossistemas de empreendedorismo, quais sejam: a política pública, o ambiente regulatório e condições infra-estruturais, financiamento e *funding*, a cultura empreendedora, mentores, consultores e redes de apoio, universidades como catalisadoras do empreendedorismo, educação e treinamento, capital humano e a força de trabalho, e mercados globais e locais (MAZZAROL, 2014).

Essa lista de fatores a serem considerados no apoio ao empreendedorismo inclui, dentre os elementos listados, algumas iniciativas que podem ser observadas no contexto brasileiro e fluminense. Embora não haja consenso sobre a definição desses eixos que potencializam a atividade empreendedora, aqui cabe mencionar alguns exemplos de ações ou políticas públicas que têm aderência aos mecanismos listados.

O enfoque no aprendizado das competências empreendedoras configura parte importante da política de apoio ao empreendedorismo, bastante mencionada em discussões acadêmicas e não acadêmicas sobre as políticas. Em parceria com o SEBRAE, a ONU lançou no Brasil uma metodologia que procura ensinar o comportamento empreendedor aos participantes. O programa, chamado Empretec, se baseia no ensino de 10 características comportamentais do empreendedor de sucesso, quais sejam: a busca por oportunidade e iniciativa; a persistência; correr riscos calculados; a exigência de qualidade e eficiência; o comprometimento; a busca por informações; o estabelecimento de metas; o planejamento e monitoramento sistemáticos; a persuasão e rede de contatos; e a independência e a autoconfiança. Segundo o SEBRAE, o programa é realizado em todo o Brasil, e já capacitou quase 300.000 empreendedores (SEBRAE, 2021).

Além da iniciativa Empretec, o SEBRAE entrega soluções com orientação para pequenos negócios, com o intuito de formalizar a economia em todo o Brasil. No ERJ, o SEBRAE tem como propósito estimular a competitividade e o desenvolvimento, atuando em diversos municípios com os seus postos físicos em comunidades, inclusive de baixa renda, consultorias online e presencial, cursos e eventos, e editais de apoio aos pequenos negócios (SEBRAE, 2021).

Além do SEBRAE, líder no apoio ao empreendedorismo tradicional no Brasil, o estado do Rio de Janeiro conta com o fomento da AgeRio e FAPERJ, cujos editais estimulam o empreendedorismo de base tecnológica e em outros setores no ERJ. Além desses editais, o ERJ também conta com os *spin-offs* acadêmicos de universidades e instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que também abriga incubadoras voltadas ao estímulo de estágios iniciais de empreendimentos de base tecnológica.

Além disso, iniciativas como o Programa Nacional de apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) ampliam as oportunidades de oferta de crédito para pequenas e médias empresas, enquanto as condições estruturais para o empreendedorismo contam com a recém aprovada Lei 9.033/2020, que contribui com a redução da desigualdade de gênero no espaço econômico criado pelo empreendedorismo (BRASIL, 2021). A lei prevê a formação de mulheres que queiram se qualificar fazendo cursos técnicos e livres sobre

empreendedorismo nas escolas e universidades. Outra iniciativa que também busca reduzir a desigualdade de gênero no empreendedorismo é a Rede Mulher Empreendedora, a maior rede de apoio a empreendedoras do país. Outras iniciativas que visam a redução da desigualdade no empreendedorismo incluem a aceleradora de negócios Pretos Empreendedores, que promove maior equidade nas oportunidades para pessoas pretas.

Essas são apenas algumas das iniciativas do setor privado e/ou público que têm atuação no estado do Rio de Janeiro. Todas elas são importantes para o fomento do empreendedorismo fluminense, porém, ainda que representem esforços relevantes, é complexo entender em que medida tais políticas e ações de fato favorecem o empreendedorismo e suas diversas modalidades. Este também representa um desafio para a formulação de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo de forma geral, pois a escassez de informações impede que haja uma percepção real do que tem funcionado ou não nas políticas públicas de apoio ao empreendedorismo tradicional no ERJ.

Spink (2013) ainda acrescenta um importante ponto a essa argumentação afirmando que embora no Brasil haja esforços de apoio ao empreendedorismo, e que estes tenham alguma capilaridade, as ações e políticas falham em vincular os esforços existentes. Para o autor, diferentemente de outras áreas, como a da saúde, em que existe relativo consenso sobre o que deve ser discutido e abordado pelas políticas, no caso do empreendedorismo, não há clareza sobre a própria agenda das discussões (SPINK, 2013).

Nesse sentido, a discussão sobre as políticas de apoio ao empreendedorismo deve avançar, pois muitos pontos devem ser considerados, e muitos gargalos da atividade empreendedora devem ser endereçados.

2.6 Considerações finais

O presente capítulo buscou, primeiramente, mostrar o motivo por que importa que economistas se interessem e se dediquem a investigar o empreendedorismo. Algumas das principais contribuições de economistas ao tema do empreendedorismo foram pontuadas, e a importância do empreendedorismo enquanto um instrumento de mudança econômica foi enfatizada. Além disso, foi feita uma revisão dos termos empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social na literatura especializada, possibilitando a identificação de seus principais determinantes.

Complementando essa contribuição, neste capítulo também foram mencionados alguns aspectos pertinentes sobre políticas públicas que importa mencionar nesse estudo. Uma

conclusão que pode ser formulada a partir dos temas aqui expostos é a de que a falta de informação sistematizada impede que os *policy makers* saibam o que está sendo feito em prol do empreendedorismo, e como essas iniciativas têm sido recebidas.

Assim, um dos desafios inerentes ao tema do empreendedorismo é trabalhar com definições, determinantes e indicadores. A pesquisa GEM é uma das iniciativas, além do relatório do ICE, que procura preencher essa lacuna no Brasil referente ao empreendedorismo tradicional. Em sua publicação de 2019, a GEM aponta que a contribuição da publicação é relevante, uma vez que a identificação dos fatores que influenciam a atividade empreendedora fornece importantes implicações para os formuladores de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo, para profissionais, e outras partes interessadas em expandir os níveis de empreendedorismo de determinada localidade (GEM, 2019). No entanto, importa frisar que a escassez de indicadores estaduais que considerem especificamente o empreendedorismo gerador de renda e emprego e o empreendedorismo social é ainda mais acentuada do que para os níveis municipal e nacional. Assim, avaliar o que tem sido feito em prol do avanço dessas modalidades de empreendedorismo se torna uma tarefa difícil, e torna ainda mais complexo o trabalho dos *policy makers*.

Finalmente, é importante mencionar que não cabe aqui uma avaliação de qual é a melhor ou pior modalidade de empreendedorismo para o caso do estado do Rio de Janeiro. Em vez disso, é proposto que o desenho das políticas considere o contexto do ERJ e suas especificidades, para que o empreendedorismo no ERJ consiga alcançar seu potencial de causar impacto social positivo, e de promover mudança econômica. O capítulo III traz alguns pontos importantes sobre a trajetória recente do ERJ, e discute sobre os principais gargalos para o desenho e implementação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo BOP e social no estado.

III. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

As informações presentes neste capítulo compõem uma recapitulação do contexto brasileiro e fluminense, o qual inclui um cenário capitalista de financeirização, globalização, de desigualdades, de crises e de insegurança. Esses fatores são aqui apresentados pois configuram um ambiente adverso para a formulação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social no ERJ. O presente capítulo e o capítulo IV correspondem à segunda parte da contribuição do presente trabalho.

3.1 O Rio de Janeiro num contexto de financeirização no capitalismo

O capitalismo, em sua história mais recente, tomou parte em um processo de liberalização a partir dos anos 1980, principalmente a partir da atuação de líderes importantes do cenário internacional, como Ronald Reagan nos EUA (1981-1989) com sua virada conservadora, e de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979-1990) (BRAGA *et al.*, 2017), e também a partir do Consenso de Washington (1989), cujas medidas serviram de base para a formulação de políticas neoliberais que ganharam força durante a década de 1990, até mesmo nos países em desenvolvimento (SHEPPARD; LEITNER, 2010). A construção desta trajetória de liberalização é, em parte, consequência das grandes transformações do século XX, e do fim da chamada “era de ouro” do capitalismo, após a segunda crise do petróleo, e do choque de juros Volcker (KUPFER; HASENCLEVER, 2013; BRAGA *et al.*, 2017). Esses são marcos importantes, pois, a partir desses eventos é que anos mais tarde os países centrais e até mesmo os periféricos foram inseridos na lógica da financeirização.

Segundo Braga *et al.* (2017), a financeirização é um padrão sistêmico de riqueza que decorre da liberalização comercial e dos capitais e, sua maior vocação é transformar dinheiro em mais dinheiro. Ainda segundo os autores:

financialization, as a systemic pattern of wealth, establishes new ways of defining, managing and realizing the wealth, which affects the spending decisions of the main economic actors, impacts economic policies and thus the ups and downs of business cycles, as well as leading to crises (p. 830).

Essa organização sistêmica está intimamente ligada ao capital (e sem o qual o próprio capitalismo deixaria de existir), e define um novo padrão de riqueza e uma nova modalidade de acumulação. Em consequência disso, a parcela financeira da renda e da riqueza aumenta através da especulação por parte dos agentes econômicos no sistema capitalista. Este sistema decorre,

em grande medida, dos avanços tecnológicos e das mudanças no sistema financeiro global (BRAGA *et al.*, 2017).

Braga *et al.* (2017) pontuam ainda os limites do sistema, indicando que a financeirização torna toda a economia mais passível de contágio (como ocorreu nas crises de 2008 e 2020) e, ao serem incorporados à lógica da financeirização mais atores na esfera especulativa, as famílias e empresas não-financeiras, o risco sistêmico do capitalismo se torna elevado, pois todos os agentes se tornam mais sensíveis às flutuações cíclicas e à instabilidade que é inerente ao capitalismo.

Em vista disso, os autores apontam para a necessidade da atuação do Estado, a fim de que o mesmo (ainda que também inserido no processo de financeirização), através de seus instrumentos, atue diante da instabilidade iminente, e diante da notável socialização das perdas e privatização dos ganhos que o sistema promove. O Estado pode então ser viabilizador da redução da desigualdade e uma fonte de regulação e estabilização (BRAGA *et al.*, 2017). A compreensão do papel do Estado nesse contexto de financeirização é compatível com a formulação e implementação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo gerador de renda e emprego.

Uma implicação importante desse contexto é que a maior instabilidade é especialmente nociva para países em desenvolvimento, como o Brasil. A instabilidade iminente permeia todos os mercados, inclusive o de trabalho. Assim, altos níveis de variáveis como a taxa básica de juros e o desemprego estão associados à financeirização no contexto da agenda neoliberal, condições que fazem com que a informalidade e o empreendedorismo representem alternativas ao desemprego, especialmente em períodos (não raros) de crise e recessão.

A próxima subseção mostra alguns pontos importantes da trajetória do estado do Rio de Janeiro (ERJ) em seu contexto mais recente, durante o período intitulado por alguns pesquisadores de *Pink Tide*. No Brasil, o período corresponde ao dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). O período é chamado de Maré Rosa (tradução minha) por dois motivos, dentre outros: (i) por conta dos ganhos materiais obtidos pelas classes mais baixas e a redução da miséria, mudanças que foram observadas em toda a América Latina, as quais foram associadas a figuras políticas de partidos de esquerda no continente; e (ii) por não terem rompido completamente com os ideais da agenda neoliberal. À semelhança das tendências nacionais (e internacionais), no ERJ, o período foi marcado pela ausência de mudanças estruturais e definitivas, pelas mudanças econômicas que promoveram, em alguma medida, ganhos materiais, mas não de forma sustentável, e por escândalos de

corrupção (LOUREIRO, 2018). Essas condições dificultaram em grande medida a promoção do fomento ao empreendedorismo e dos fatores que viabilizam a ação empreendedora.

3.2 O contexto de reprimarização e as crises do ERJ

O contexto supracitado de financeirização tem uma particular implicação nos países em desenvolvimento e em economias como a do Rio de Janeiro, bastante articulada à economia nacional, que é a condição de vulnerabilidade e exposição às crises no cenário internacional. Já sob essa lógica de financeirização, como já mencionado, o movimento continental conhecido como *Pink Tide* configura um período em que vários países da América Latina elegeram governantes de partidos de esquerda cujas agendas distavam, supostamente em grande medida, da agenda neoliberal. Esse período no Brasil compreende os anos 2003 a 2016, em que Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff assumiram a presidência do país. O cenário econômico do período da *Pink Tide* foi abundantemente beneficiado pelas condições econômicas globais particularmente favoráveis para que houvesse ganhos materiais (LOUREIRO, 2018).

As taxas de crescimento econômico relativamente altas, o “efeito China” impulsionando o mercado de *commodities*, e a grande liquidez internacional foram elementos que beneficiaram economias com renda média e baixa durante esse período (SAAD-FILHO, 2013). Os governos então aproveitaram o momento e as boas condições externas para implementar planos econômicos e novas políticas de bem-estar (LOUREIRO, 2018). No Brasil houve um esforço, especialmente no governo Dilma (2011-2016), em prol da elaboração e implementação de uma política industrial que visasse articular as dimensões sistêmica e setorial (STEIN; HERRLEIN Jr., 2016).

No entanto, a *Pink Tide* baixou em alguns anos, e cabe citar alguns dos motivos que Loureiro (2018) atribui à frustração associada a esse período, especialmente no caso brasileiro: (i) a falta de rompimento claro com a agenda neoliberal, uma vez que os governos do período não se dispuseram a promover mudanças estruturais que realmente pudessem resistir ao tempo, em vez disso promoveram apenas reversão parcial das políticas neoliberais; (ii) as mudanças promovidas pelos governos se restringiram a ganhos materiais, viabilizados por políticas como a de transferência de renda, e não mudanças relacionadas à “coluna vertebral” da economia, como investimentos em infraestrutura; (iii) o neo-extratativismo, ou o consenso das *commodities*, marcado por inflexões no padrão de acumulação, pela promoção de políticas sociais, pela expansão do salário mínimo e, principalmente, pela centralidade dos bens primários na pauta exportadora. O autor coloca ainda que essas transformações do movimento *Pink Tide* estão

ligadas a um Estado “neocorporativista”, cuja gestão pública, em vez de efetuar mudanças céleres e definitivas, consolidou sua influência numa agenda que garantiu mudanças marginais que promoviam conciliação com a classe trabalhadora (LOUREIRO, 2018).

Os efeitos econômicos e sociais positivos da *Pink Tide* não foram duradouros e, devido à crise financeira de 2008, e ao fim das condições favoráveis na economia global que viabilizaram os ganhos materiais dos anos 2000, a crise econômica nos países latino-americanos se instaurou, acompanhada de crises políticas, escândalos de corrupção, e crise institucional.

Esse contexto de crise na América Latina e no Brasil foi também observado no estado do Rio de Janeiro (ERJ), uma vez que há grande articulação entre a dinâmica econômica nacional e a do ERJ (OLIVEIRA, 2016). O ERJ passou a enfrentar uma crise que amplificou os efeitos da crise econômica nacional (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2021). Todavia, considerando as especificidades regionais do ERJ, além da crise econômica, fiscal, política, e institucional, o estado do Rio de Janeiro também tem enfrentado uma grave e complexa crise de segurança (PINTO, 2019).

O contexto recente do estado do Rio de Janeiro (ERJ) durante a *Pink Tide* e, mais especificamente, durante o segundo mandato do governo Dilma Rousseff (2010-2016) foi notadamente um cenário efervescente marcado por diversas crises (PINTO, 2019). Aqui serão levantadas algumas questões contextuais características desse período, como a reprimarização, a crise fiscal, a crise institucional, a crise política, e a crise de segurança.

3.2.1 A recente crise econômica do ERJ

Muitos fatores poderiam ser associados à crise econômica do ERJ, mas aqui importa enfatizar o papel da desindustrialização e da especialização produtiva no estado durante o período chamado consenso das *commodities*. A desindustrialização foi um fenômeno discutido na academia e observado no Brasil e no ERJ. Segundo dados da associação Rio Indústria, o Rio de Janeiro apresentou uma perda de 20% de seu parque industrial entre 2014 e 2019, o que corresponde a uma perda de 100 mil empregos, e de 3 mil fábricas (VALOR ECONÔMICO, 2021). A participação do setor manufatureiro no valor adicionado do estado e do país teve perda relativa, além da queda da participação do setor no produto e no emprego, que deu cada vez mais lugar ao setor de serviços. Esse processo de desindustrialização atraiu a atenção de muitos estudiosos, uma vez que o Brasil e o ERJ não chegaram a concluir o processo de *catching-up* industrial (CARVALHO; CARVALHO, 2011).

O dinamismo industrial do Brasil perdia força juntamente com o dinamismo da indústria no estado do Rio de Janeiro, cujos indicadores de atividade industrial apontaram perdas maiores para o ERJ do que a média nacional (PINTO, 2019). A situação já delicada da manufatura, quando somada a outros aspectos contextuais críticos, quais sejam, a especialização da estrutura produtiva na indústria petrolífera do ERJ e o neocorporativismo, configuraram uma contribuição relevante para a crise econômica do estado (PINTO, 2019; LOUREIRO, 2018). Adicionalmente, vale pontuar que, por conta da reprimarização da pauta exportadora, a qual, como dito anteriormente, foi uma tendência em todo o continente latino-americano, houve a configuração de economias de enclave extrativistas em alguns pontos do interior do ERJ (OLIVEIRA, 2016).

A reprimarização também teve parte importante na instabilidade econômica do ERJ, uma vez que esta configuração de enclave promoveu forte dependência da economia fluminense do ciclo das *commodities* (2003-2008), estimulado pelo “efeito China”, um país que desde os anos 1980 apresentava crescimento acelerado e estimulava o consumo de forma significativa (OLIVEIRA, 2016). Assim, a economia fluminense tornou-se especializada e concentrada na indústria petrolífera e ficou geograficamente restrita, sem que houvesse transbordamento para outros setores (CAVALIERI; HASENCLEVER, 2019).

De acordo Sobral (2017), esse contexto de concentração na atividade extrativista, com pouca pulverização da atividade econômica no nível territorial forma uma “estrutura oca”, em que o padrão de acumulação é atribuído à produção primária e à exploração de vantagens comparativas. Sobral (2017) menciona implicações importantes da chamada “estrutura oca”, como a ausência de um plano de mudanças estruturais que diversificassem a pauta exportadora a fim de promover menos especialização e, conseqüentemente, menos volatilidade doméstica e dependência externa. Loureiro (2018) também menciona tais vulnerabilidades, e atribui estas ao neo-extrativismo e ao neocorporativismo. Isso significa dizer que a “estrutura oca” aumentava a vulnerabilidade da economia como um todo e, ainda que houvesse períodos de expansão e recuperação e ganhos materiais como os observados na primeira década dos anos 2000, a grande exposição às crises internacionais tornou a economia doméstica mais vulnerável ao contágio (SOBRAL, 2017; LOUREIRO, 2018).

A preocupação de Sobral (2017) tem fundamento, principalmente num contexto de globalização, financeirização, neo-extrativismo e neocorporativismo. Com o fim do consenso das *commodities*, vimos que crises como a financeira global de 2008, e a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus rapidamente transbordaram seus efeitos para o lado real e financeiro da economia, respectivamente. A fragilidade no cenário internacional provocou uma

desaceleração no Brasil e no ERJ, a qual era um prenúncio da severa recessão no estado e no país a partir de 2014-2015 (PINTO, 2019). Sobre esta crise de natureza múltipla que ocorreu no ERJ, Sobral (2017) ainda afirma que a chamada “estrutura oca” afetou de forma intensa a arrecadação no estado fluminense. Isso aconteceu, em parte, devido à perda de valor agregado no ERJ decorrente da especialização produtiva e da já mencionada ausência de mecanismos de transbordamento do setor petrolífero para outras atividades econômicas do estado. (SOBRAL, 2017; CAVALIERI; HASENCLEVER, 2019).

3.2.2 A crise fiscal do ERJ

Conforme exposto anteriormente, a crise econômica no Brasil e no ERJ mais forte a partir de meados da segunda década dos anos 2000 são produtos do neo-extratativismo e neocorporativismo durante o consenso das *commodities* (LOUREIRO, 2018). Esse contexto dinâmico frágil (SOBRAL, 2017), embora no início da primeira década dos anos 2000 tenha produzido ganhos materiais marginais, não incluiu a criação de condições de sustentação da expansão econômica (LOUREIRO, 2018), e assim que as condições externas não mais estimulavam a economia doméstica, houve uma forte reversão do ciclo expansionista, e as vulnerabilidades associadas à economia brasileira e fluminense desencadearam uma crise fiscal sem precedentes a partir de 2014.

A retração da arrecadação, atribuída a ciclos recessivos (DANIEL, 2007) e associada à já acidentada trajetória de geração de receita no estado, causou um estado crítico que foi observado não apenas pelos especialistas em economia fluminense, mas por toda a população. A situação fiscal teve uma piora dramática a partir de 2014-2015, e em seu mais crítico momento foi a causa da declaração da falta de recursos para honrar a remuneração de alguns servidores públicos do ERJ (SOBRAL, 2017), e do abandono da manutenção de algumas instituições públicas, como foi o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no mesmo período. Esse contexto foi o que motivou a declaração do estado de calamidade pública alguns dias antes do início dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (OLIVEIRA, 2016).

É importante mencionar que, no período 2014-2016, o ERJ recebeu grandes projetos de investimento autônomo, além da realização de Megaeventos como a Copa de 2014, sediada em diversas cidades do Brasil, e os Jogos Olímpicos de 2016, sediados na cidade do Rio de Janeiro. Estes projetos aconteceram por conta de diversas mobilizações entre empresas estatais, como a Petrobrás, bancos públicos, como o BNDES, empresas de construção civil de capital nacional, e empresas estrangeiras do setor de petróleo e gás (OLIVEIRA, 2016).

Para Pinto (2019), a crise fiscal no ERJ nesse período decorreu da crise política e econômica no país, da queda do investimento autônomo por conta do fim desses Megaeventos, e também por conta do fim do consenso das *commodities*. Esses impactos econômicos negativos são consequência de políticas e gestão pública que não priorizaram estimular o crescimento econômico, a produtividade, e a diversificação da economia fluminense (CAVALIERI; HASENCLEVER, 2019).

A forte crise econômica e a crise fiscal no ERJ levaram o governo estadual, em conformidade com os objetivos nacionais, a aderir ao chamado “Programa de Recuperação Fiscal” (SOBRAL, 2017), atualmente Regime de Recuperação Fiscal (RRF), cuja sua adesão foi formalizada em setembro de 2017, com a instituição da Lei Complementar Federal nº 159/2017. O RRF prevê a implementação de alguns instrumentos de recuperação fiscal para o ERJ, como a suspensão temporária dos requerimentos legais para a contratação de crédito (BRASIL, 2017).

Segundo relatório da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, com o RRF, algum alívio foi observado no cenário fiscal do estado (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2021). Uma vez adotadas as medidas do RRF, e após o aumento do preço do petróleo, em 2018 o ERJ começou um tímido e incerto ciclo de recuperação (PINTO, 2019). Contudo, dentre outros fatores, o contexto de crise multifatorial, o surgimento da pandemia do novo coronavírus e a persistente desaceleração econômica apontam para a necessidade da manutenção do programa, que visa a melhoria da situação fiscal do ERJ. Sobre este tema, o relatório da Secretaria pontua:

(...) de toda forma, o problema econômico e consequentemente arrecadatário continuou potencialmente. Isso evidencia a dificuldade de se lidar com uma economia carente de maior redinamização e transformação estrutural positiva se nenhuma ação indutora do gasto público for impulsionada de forma mais efetiva. Diante da continuidade dos desafios de política fiscal e das atuais medidas legais disponíveis para administrá-lo, a adesão ao Novo Regime de Recuperação Fiscal – NRRF é algo essencial. Nesse sentido, a prioridade para ajuste fiscal é um compromisso fundamental, embora isso não signifique necessariamente tomá-lo como um pressuposto nem um fim em si mesmo” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2021, p.10).

Assim, conforme exposto, embora evidencie o problema fiscal do ERJ como um problema prioritário, o relatório da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro considera que a natureza da crise fiscal não está descolada da história e nem do contexto de crise financeira, não sendo o fluxo de caixa e sua recuperação um fim em si mesmo. O relatório ainda

pontua que a recuperação fiscal inclui uma série de esforços, inclusive da gestão pública, para que o ciclo recessivo, o qual está perto de completar uma década, seja finalmente superado.

As raízes do problema fiscal fluminense se encontram em uma crise econômica estrutural associada a limites históricos na reestruturação de sua máquina pública. Isso levou a região a não sofrer apenas rebatimentos da problemática nacional e, sim, se tornar um de seus epicentros. Nesses termos, é preciso ir além de tratar a gestão de crise financeira estadual como a administração de uma “massa falida”, logo não desconsiderando a ociosidade de uma série de recursos no território como desdobramento da perda de complexidade e diversificação produtiva diante da explicitação da tendência à “estrutura produtiva oca” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, p.102).

As medidas de recuperação fiscal e seus efeitos, embora ainda não plenamente percebidos e nem seus objetivos plenamente implementados, configuram importantes esforços para a saída da crise e redimanização da economia fluminense.

3.2.3 *As crises política, institucional, e de segurança do ERJ*

As crises fiscal e econômica do ERJ foram acompanhadas de diferentes tensões políticas no nível estadual e nacional. Uma tensão política nacional foi observada de forma mais nítida em 2013, com a inquietação da população brasileira com a política. Vários protestos nesse período deram início a uma era de contestação cujo efeito político mais notório foi o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em 2016 (OLIVEIRA, 2016). Além dessa tensão nacional, a Operação Lava-Jato do Rio de Janeiro, responsável por conduzir investigações sobre diversos esquemas de corrupção identificados no estado teve como resultado a prisão de alguns importantes políticos do ERJ, os quais estavam associados a atividades de corrupção de diversos partidos. As prisões incluem a de políticos que atingiram o mais alto nível da administração pública estadual, quais sejam, os ex-governadores como Sérgio Cabral (2007-2014) e Luiz Fernando Pezão (2014-2016) (PINTO, 2019). Além desses políticos, mais recentemente, em agosto de 2020, Wilson Witzel foi afastado do cargo pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF). A investigação ainda está sendo conduzida, e Witzel está sendo acusado de fraude na contratação de Organizações Sociais (OSs) (LA ROVERE *et al.*, 2021).

A esfera estadual não foi a única a ter escândalos de corrupção em sua história recente. A Operação Lava-Jato no município do Rio de Janeiro também investiga o caso do que ficou conhecido atualmente como “QG da propina”, cuja liderança foi atribuída ao Prefeito Marcelo Crivella (2017-2020), que também foi preso na capital fluminense, a poucos dias de finalizar seu mandato, no final de 2020. Importa frisar que a instabilidade política no ERJ não é

observada apenas recentemente, e operações como a Operação Lava-Jato, a qual ainda está em curso, trouxeram diversas irregularidades e esquemas de corrupção ao conhecimento da população em geral (LA ROVERE *et al.*, 2021).

Além da crise política, o período recente da história do ERJ também aponta para uma grande crise institucional no estado do Rio de Janeiro, agravada pelo contingenciamento de recursos financeiros no estado. O ERJ também enfrenta grandes desafios no sistema de segurança pública. Em alguma medida, a referida crise econômica no estado e a decorrente crise fiscal, observada até os dias atuais, contribuem para o agravamento da crise de segurança pública estadual. Vale acrescentar que, em nota técnica, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) pontua que houve um retrocesso na implementação de políticas de segurança pública, agravando o cenário de criminalidade no estado. Isso ocorreu, pois, a deflagração das crises mencionadas anteriormente levou à necessidade de contingenciamento de recursos, o qual também incluiu setores essenciais como o setor de segurança pública (FIRJAN, 2017; PINTO, 2019; LA ROVERE *et al.*, 2021).

A criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em 2008 trouxe relativa e temporária diminuição nas taxas de letalidade e criminalidade, efeitos que não foram duradouros e até mesmo parcialmente revertidos por conta da falta de recursos do ERJ. O aumento da criminalidade tem efeitos sobre a economia, como a queda no dinamismo da atividade econômica do estado, o fechamento de estabelecimentos e até mesmo a redução de investimentos na economia local. A FIRJAN (2017) fez levantamentos sobre os custos impostos por conta do aumento da criminalidade à economia do ERJ e ao seu setor produtivo, e constatou que o Rio de Janeiro se tornou o estado mais perigoso na operação do transporte de carga no Brasil, o que tem consequências observadas em efeito dominó e produz prejuízos na cadeia produtiva e, conseqüentemente, leva à redução do abastecimento. Como alternativa para o aumento da letalidade e da criminalidade, a FIRJAN sugere soluções estruturadas e definitivas a fim de que os problemas relacionados à segurança pública sejam mitigados (FIRJAN, 2017).

Em 2018, a fim de controlar a caótica condição de insegurança no ERJ, o Presidente Michel Temer (2016-2018) anunciou que uma intervenção federal seria feita no estado. Um dos principais motivos da intervenção foi o aumento da criminalidade e a ferrenha disputa entre milicianos e criminosos no ERJ (PINTO, 2019).

Esses problemas de segurança pública no ERJ que envolvem alta letalidade e consequências negativas para a economia ainda não tiveram uma resolução satisfatória em termos sociais, e o Rio de Janeiro segue sendo conhecido por ser um local perigoso, onde há muita insegurança. Assassinatos como o da vereadora Marielle e de seu motorista Anderson

em 2018, embora emblemáticos, são comuns. Confrontos entre policiais e membros do crime organizado, tiroteios, assaltos, arrastões, e chacinas ainda são parte do cenário atual do Rio de Janeiro. Dados da plataforma online Fogo Cruzado, a qual monitora chacinas, tiroteios, a letalidade entre outros indicadores, apontam que apenas nos seis primeiros meses de 2021, quase 3.000 tiroteios ocorreram em diferentes regiões do ERJ; os registros se concentram especialmente na Zona Norte da Capital e na Baixada Fluminense (FOGO CRUZADO, 2021). Assim, ainda que avanços tenham sido observados em favor da redução da falta de segurança, como a criação e monitoramento de indicadores e de programas por parte do Instituto de Segurança Pública (ISP), a sensação de insegurança é perene no ERJ.

3.3 O contexto socioambiental e de desigualdades do ERJ

Além do contexto de crise descrito nas seções anteriores deste capítulo, vale colocar novamente que o Rio de Janeiro é um estado em que há desigualdades. Essas desigualdades não se restringem à de renda, e têm diversas naturezas, as quais compõem um já desafiador contexto socioambiental. Aqui serão apresentados alguns dados que evidenciam algumas desigualdades no ERJ, como os dados compilados pela organização Casa Fluminense em sua publicação de 2020 intitulada “Mapa da Desigualdade” da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que traz informações sobre desigualdades relacionadas à habitação, emprego, transporte, segurança, saneamento, saúde, educação, cultura, assistência social e gestão pública, das quais algumas serão pontuadas na presente seção.

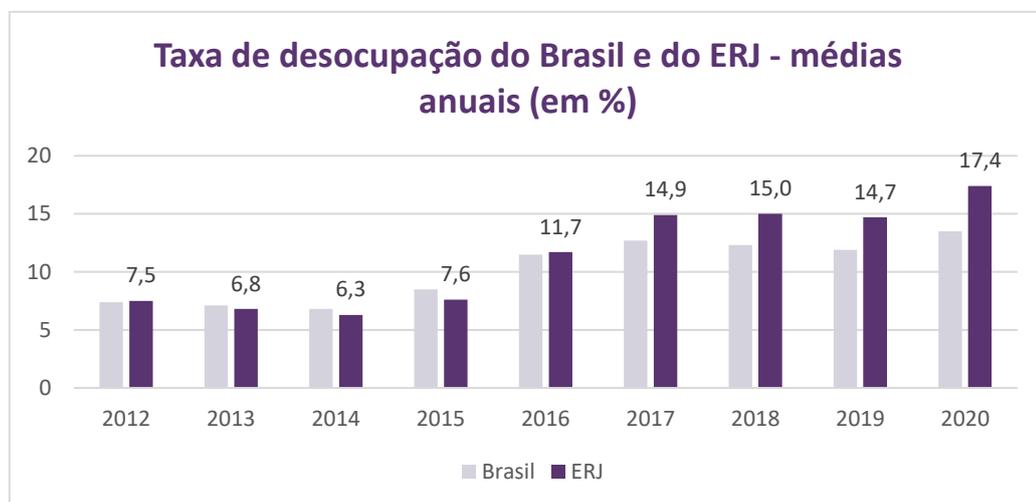
Além disso, também serão mostrados dados do *Ranking* de Competitividade dos Estados, uma iniciativa do Centro de Liderança Pública (CLP). Os dados comparam os estados considerando 10 pilares, quais sejam, Potencial de Mercado, Sustentabilidade Ambiental, Inovação, Eficiência da Máquina, Solidez Fiscal, Sustentabilidade Social, Educação, Capital Humano, Segurança Pública, e Infraestrutura. A metodologia conta com um sistema de notas que variam de 0 a 100, atribuídas a cada pilar segundo o desempenho de indicadores selecionados baseados em dados primários que foram coletados e ponderados pelo CLP. Os dados desta seção foram escolhidos pois refletem uma parte do contexto do ERJ que também influencia a formulação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social.

Por sua vez, o Mapa da Desigualdade, elaborado pela organização Casa Fluminense também evidencia a concentração da renda no Brasil, que é o segundo país em que há mais concentração de renda, ficando atrás apenas do Catar. O Mapa também aponta que, segundo o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), menos de 3% das famílias brasileiras concentram um montante equivalente a 20% de toda a renda do país. Esses dados preocupantes não são exclusividade do nível nacional, pois, como foi abordado anteriormente, as economias brasileira e fluminense são bastante articuladas, e no ERJ também há concentração de renda e extrema pobreza. A economia fluminense é a segunda maior do país, e o décimo primeiro estado no *ranking* geral de competitividade do CLP, ficando um 1,2 p.p acima da média nacional; todavia, a desigualdade no ERJ em relação ao seu PIB é considerada altíssima pelos especialistas. (FECOMÉRCIO; IFEC, 2019; CLP, 2021).

Em relação à remuneração, os dados do Mapa da Desigualdade permitem observar que há muitas áreas no ERJ em que, no ano de 2020, o salário médio mensal variou entre R\$ 0,00 e R\$ 500,00, e de R\$ 500,00 a R\$ 750,00, valores muito abaixo do salário mínimo, e distantes da média salarial estadual (R\$ 1.295 em 2020). Esse diferencial elevado pode ser decorrente da queda da atividade econômica, e da alta taxa de desocupação no estado, a qual teve trajetória crescente entre 2012 e 2020, como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Comparação das taxas de desocupação do Brasil e do ERJ entre 2012 e 2020



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Especificando os dados sobre a distribuição da renda na RMRJ, o Mapa da Desigualdade aborda ainda a desigualdade geográfica, apontando que a renda média dos residentes em Niterói (R\$ 3.114) é 4,5 vezes mais alta que a dos residentes em Japeri (R\$ 694). Os dados sobre a desigualdade de remuneração também incluem a desigualdade racial. Segundo a publicação, os trabalhadores e trabalhadoras brancos formais e informais no ERJ recebem cerca de 75% a mais

do que recebem os pretos e pardos. Nos postos formais, trabalhadores brancos recebem mais de 41 p.p. do que os negros. Além da desigualdade racial, a desigualdade de gênero também foi pontuada pelo relatório, também em termos de diferencial de salários. Segundo a pesquisa, apenas nos municípios de Maricá e Queimados as médias salariais das mulheres superam as dos homens. No entanto, no conjunto da RMRJ, o salário das mulheres negras corresponde à metade do salário de homens brancos.

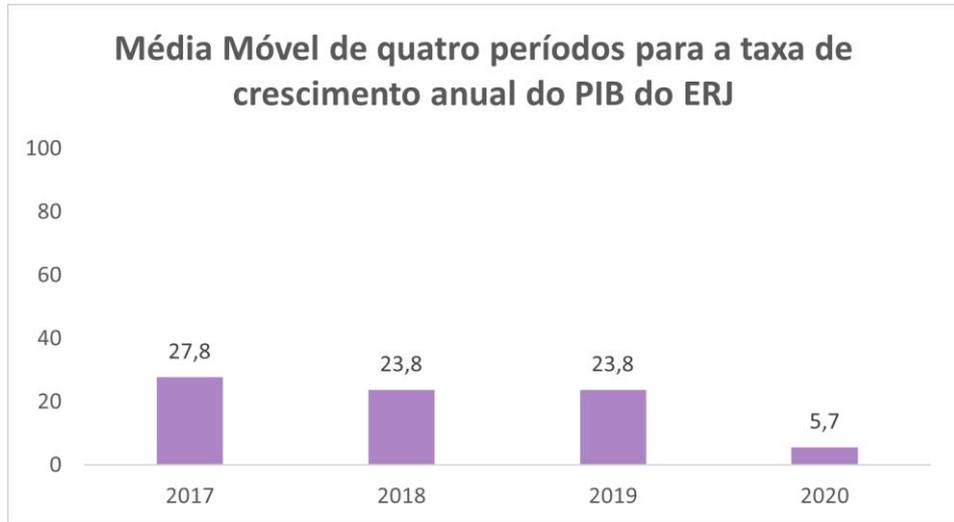
O Mapa da Desigualdade da Casa Fluminense também aponta que a capital do ERJ, o município do Rio de Janeiro, concentra a maior quantidade de salários mais altos, o que motiva muitos trabalhadores a optarem pelo deslocamento pendular. Além da concentração do trabalho, o Mapa aponta que 2 milhões de moradores de toda a Região Metropolitana do estado Rio de Janeiro se deslocam para a capital a fim de ter acesso a oportunidades de lazer, a serviços de saúde, entre outros. A capital fluminense ainda é o município da RMRJ que apresenta a maior oferta de trabalho formal por 100 habitantes, com 33,9%, seguido por Niterói, com 33,2%. Em contraste, o município que apresenta a pior oferta de trabalho formal por 100 habitantes, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Instituto Pereira Passos (IPP), é o município de Japeri. Esses dados são importantes termômetros da desigualdade no ERJ, uma vez que, como pontuado anteriormente, a renda da população fluminense é majoritariamente composta pelos salários (CASA FLUMINENSE, 2020; FECOMERCIO; IFEC, 2019).

De acordo como o Observatório SEBRAE/RJ, devido à crise econômica a partir de 2014, a contrapartida à queda do emprego com carteira assinada em 2016 no ERJ foi o aumento do trabalho por conta própria (sem CNPJ) que, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, cresceu 19,4 p.p entre 2012 e 2020 (SEBRAE, 2017; IBGE, 2021). Os dados da PNAD Contínua revelaram ainda que a taxa de variação que contabiliza o desalento entre pessoas com 14 anos ou mais na força de trabalho entre 2012 e 2020 também é maior para o ERJ (193,1 p.p.) do que para o Brasil (167,1 p.p), o que também mostra a dificuldade que a população fluminense encontrou ao tentar uma recolocação ou entrada no mercado de trabalho durante este período (IBGE, 2021).

O desempenho dos indicadores mencionados acima pode estar ligado à perda de dinamismo da economia do ERJ, cujos efeitos podem ser vistos na empregabilidade do estado. A Figura 3 abaixo mostra a média móvel da taxa de crescimento do PIB do ERJ de quatro períodos: 2017, 2018, 2019, e 2020 com base nos dados disponibilizados pelo CLP. A média foi calculada conforme o sistema de notas, que varia entre 0 e 100. Vale dizer que o desempenho

médio deste indicador calculado para o Brasil foi 38,2, e o ERJ é o 23º colocado entre as unidades federativas.

Figura 3 – Média Móvel da Taxa de Crescimento do PIB do ERJ (2017-2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do CLP (2021).

Esses dados da taxa de crescimento do PIB fluminense integram o pilar intitulado Potencial de Mercado do *Ranking* de Competitividade dos Estados do CLP. Além desse indicador, vale mencionar alguns dados que a organização não governamental apresenta em relação às características socioambientais do ERJ.

O pilar Infraestrutura no ERJ ficou em nono lugar no *ranking* dos estados, com nota 54,3 de 100, acima da média nacional de 42,8. O pilar Educação ficou com nota média bastante parecida, 53,3 de 100. Embora esse pilar tenha ficado acima da média nacional, que foi 43,1 de 100, nem todos os indicadores que compõem o pilar Educação no estado estavam disponíveis, e dados como a evasão escolar no ensino fundamental e médio não foram computados. Por sua vez, o pilar Segurança Pública apresentou má colocação no *ranking*, ocupando o vigésimo terceiro lugar dentre os estados do país. A nota atribuída ao pilar foi 42,1 de 100, abaixo da média nacional, 62,5 de 100.

Embora o pilar Sustentabilidade Social do ERJ tenha apresentado bom desempenho no *ranking* de estados, ocupando o nono lugar com nota 66,9 de 100, acima da média nacional de 47,1 de 100, alguns indicadores que compõem esse pilar merecem menção, como é o caso do indicador Inserção Econômica, que corresponde à proporção de ocupados em relação à população economicamente ativa. Esse indicador ocupa o vigésimo segundo lugar no *ranking* dos estados, e obteve média 24,3 de 100, bem abaixo da média nacional, que foi 47,2 de 100.

O CLP informa ainda que a média dos países integrantes da OCDE para esse indicador é de 130,4. Ainda no mesmo pilar, o indicador Famílias abaixo da linha da pobreza ocupou a décima segunda posição no *ranking* do estado, e obteve nota 81,9 de 100, acima da média nacional, 68,2 de 100. Esse indicador obteve alta pontuação, pois corresponde a uma porcentagem também alta de pessoas abaixo da linha da pobreza no estado, dados que corroboram outras fontes já citadas anteriormente que evidenciam a falta de equidade dos rendimentos e a vulnerabilidade social que há no ERJ.

Um indicador que também chama atenção é o Tratamento de Esgoto. A pontuação deste indicador foi 30,9 de 100, abaixo da média nacional de 34,6 de 100, e bastante abaixo da média dos países da OCDE, 65,9. A pontuação corresponde à parcela de esgoto do total de água consumida multiplicada pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado.

Por fim, o pilar inovação também é estimado pelo CLP através da seleção de alguns indicadores. O pilar obteve pontuação 56,9 de 100, e ocupou a oitava posição no *ranking* geral dos estados em 2020, ficando acima da média nacional, que foi 42,8 de 100. Nesse pilar, o indicador de empreendimentos inovadores contabiliza o número de aceleradoras, incubadoras, parques tecnológicos, e parques científicos associados à Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) pra cada 1 milhão de habitantes. Este indicador, no entanto, tem alcance restrito, e a falta de informações para os anos de 2019 e 2020 impedem que se entenda a regularidade e intensidade da atividade inovativa do estado do Rio de Janeiro.

3.4 Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo apresentar as características mais relevantes do contexto recente do ERJ. No nível global, foram observadas a financeirização e a globalização como influências no contexto do ERJ; no nível continental, o fenômeno chamado *Pink Tide*, observado na América Latina, também influenciou a conjuntura do Brasil e, conseqüentemente, do ERJ; por fim, a reprimarização da pauta exportadora, a especialização produtiva, e a desindustrialização foram observados no Brasil e no ERJ a partir dos anos 2000 no contexto local. Esses aspectos contextuais, a seu tempo, colaboraram com a construção de um cenário de crises como a econômica, política, fiscal, institucional e de segurança pública no ERJ, especialmente a partir de meados da segunda década dos anos 2000. Além dessa recapitulação, também foram apresentadas no presente capítulo algumas características relevantes do contexto

socioambiental do ERJ envolvendo a situação de desigualdades e o ambiente competitivo do estado. O capítulo IV complementarará a presente caracterização com um breve apontamento da atividade empreendedora fluminense, e com os resultados da *Scoping Review* realizada sobre a temática escolhida como objeto da análise.

IV O AMBIENTE EMPREENDEDOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A realidade das diferentes modalidades de empreendedorismo no estado do Rio de Janeiro é retratada através de dados disponibilizados por diferentes fontes. No presente capítulo serão apresentados alguns aspectos relacionados à atividade empreendedora no ERJ, a fim de que algumas características relevantes sejam evidenciadas sobre a operação das empresas no ERJ, em conformidade com os objetivos do trabalho, quais sejam, o objetivo geral e o segundo objetivo específico. Além dessa caracterização, o capítulo também apresenta a descrição e a discussão dos Resultados da *Scoping Review* realizada, em conformidade com o objetivo geral e com o terceiro objetivo específico.

4.1 Características das empresas e indicadores de empreendedorismo

O empreendedorismo representa uma alternativa ao desemprego e desalento (DEGEN, 2008), e as características da ação empreendedora são moldadas pelas condições de um cenário desafiador. Essa argumentação é corroborada através da observação do tamanho da maioria das empresas localizadas no ERJ. Segundo o SEBRAE, mais de 90 p.p. das empresas fluminenses têm porte compatível com o de micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2017). Desse percentual, segundo dados do SEBRAE de março de 2020, 69% correspondem a microempreendedores individuais (MEIs) que trabalham sozinhos e podem ter apenas um funcionário recebendo a remuneração do salário mínimo. Além do empreendedorismo individual, as microempresas correspondem a 27% da quantidade de MPEs no estado do Rio de Janeiro. Ainda segundo o SEBRAE, o porte de das microempresas dos setores de Comércio e Serviços é de até 9 empregados, as empresas de pequeno porte têm de 10 a 49 empregados, enquanto empresas de médio porte têm de 50 a 99 empregados (SEBRAE, 2013).

É interessante ver que as empresas de pequeno porte no ERJ são responsáveis por cerca de 50% dos empregos formais no estado em comparação com as Médias e Grandes Empresas. Os setores que lideram a operação das MPEs no estado do Rio de Janeiro são o setor de Serviços (47,3%) e Comércio (40,8%) (SEBRAE, 2020). Considerando o contexto do ERJ, é possível dizer que o trabalho no setor de serviços e comércio representou um mecanismo de enfrentamento do desemprego. É possível observar ainda que, como já pontuado, uma vez que houve decréscimo na participação da indústria no valor adicionado do ERJ, as empresas da indústria petrolífera se encontraram restritas, inclusive geograficamente, o que impossibilitou o transbordamento dos ganhos obtidos para outros setores da economia fluminense

(CAVALIERI; HASENCLEVER, 2019). Neste cenário, as atividades de comércio e serviços se apresentam como uma forma de inserção econômica e de combate ao desemprego e à vulnerabilidade social (SEBRAE, 2020; VALENTIM; PERUZZO, 2018), ideia que faz sentido, especialmente quando consideramos que os setores de comércio e serviços no ERJ são intensivos em trabalho (SILVA; MENEZES; KOMATSU, 2016).

Em que pese as particularidades do ERJ e sua trajetória recente que inclui diversos desafios para o empreendedorismo tradicional, há no estado potencial para o desenvolvimento de ecossistemas de empreendedorismo e de inovação virtuosos. Uma publicação de 2019, intitulada Distrito Rio Tech Mining Report, produzida pela organização Distrito mapeou que, em 2019, o Estado do Rio de Janeiro tinha um total de 469 *startups* cujas atividades correspondiam a 32 diferentes setores. As *startups* mapeadas atuam principalmente como *Edtechs* ou *Fintechs*, setores mais consolidados no ERJ. O número de *startups* cresceu de forma significativa entre 2013 e 2017, e o nascimento de *startups* foi mais intenso entre 2009 e 2017. Além das *startups*, o ERJ tem pelo menos 10 parques tecnológicos, 27 incubadoras e 7 aceleradoras (DISTRITO, 2020).

Apesar da profusa atividade ligada à inovação que é observada no ERJ, até mesmo por iniciativa das universidades, grandes canais de produção e disseminação de conhecimento no estado (CUNHA, 2014), há muitos desafios que o empreendedorismo voltado para a inovação tecnológica deve enfrentar. Ainda em relação às *startups* no estado do Rio de Janeiro, segundo a Associação Brasileira de *Startups* (ABSTARTUPS, 2020), a cidade do Rio de Janeiro é o segundo município com maior concentração de *startups* no Brasil, as quais têm diferentes graus de maturidade e de faturamento. A associação, em sua publicação que mostra o mapeamento da atividade de *startups* em cidades e microrregiões da região Sudeste do Brasil, revela que os principais setores de atuação das *startups* da cidade do Rio de Janeiro são Saúde e bem-estar, *E-commerce*, Finanças e Turismo, e que o público-alvo dessas *startups* são outros negócios que atendem clientes, ou seja, a maioria das *startups* trabalham com o modelo *Business to Business to Consumer*. As *startups* mapeadas, em sua maioria, operam com 1 a 5 empregados, e não foram auxiliadas, pré-aceleradas, aceleradas, e nem incubadas, além de não terem recebido nenhum tipo de investimento. Além disso, mais de 40% das *startups* cariocas ainda se encontram na fase pré-faturamento. A publicação também mostrou o perfil demográfico dos *founders* das *startups*, que, em sua maioria na cidade do Rio de Janeiro, é composto por homens brancos entre 35 e 40 anos (ABSTARTUPS, 2020).

Cenário parecido foi mapeado para o município de Niterói, com a exceção de que, nesse município, empatado com o setor de Saúde e bem-estar está o setor de Desenvolvimento de

Software. Além disso, em Niterói, o modelo de negócios mais operante é o *Marketplace*, seguido pelo de *Software* como um serviço (*SaaS – Software as a Service*). O caso contrário é observado para o Rio de Janeiro, uma vez que a capital opera mais com *Saas*, que é seguido pelo *Marketplace* na liderança de modelo de negócios (ABSTARTUPS, 2020).

O mapeamento da Associação Brasileira de *Startups* ainda apresenta dados sobre o sul fluminense, que tem mais *startups* no setor do agronegócio, cujo público-alvo são outros negócios (*Business to Business*). Em Macaé, no norte fluminense, o público-alvo das *startups* também são outras empresas (*Business to Business*), e o modelo principal de operação é o *Marketplace*. Nesse município, os principais setores de atuação das *startups* são *E-commerce* e entretenimento. Assim como em outras regiões fluminenses mapeadas, as *startups* macaenses operam com até 5 pessoas. Os principais diferenciais das *startups* mapeadas no município são o recebimento de investimento e de auxílio de incubadoras e aceleradoras, e o faturamento, maior que em outras regiões do ERJ mapeadas, o que pode estar ligado ao fato de que a maioria das *startups* fluminenses mapeadas ainda se encontra nas fases de ideação e validação (ABSTARTUPS, 2020).

O ambiente empreendedor do estado do Rio de Janeiro também foi estimado numa pesquisa realizada pela ENDEAVOR em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. A iniciativa se trata da edição de 2020 da publicação Índice de Cidades Empreendedoras (ICE), que avalia o empreendedorismo inovador e outros indicadores pertinentes à ação empreendedora nas 100 cidades mais populosas do país.

A publicação ICE 2020 mostra que o ERJ tem 9 de suas cidades mais populosas no *ranking* geral de empreendedorismo, o qual considera a pontuação das cidades nos indicadores selecionados, quais sejam: ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso à capital, inovação, capital humano, e cultura empreendedora. Nesse *ranking* geral, o município do Rio de Janeiro aparece na 10^a posição, Niterói na 15^a, Duque de Caxias na 38^a posição, Nova Iguaçu na 54^a, São Gonçalo na 58^a, Petrópolis em seguida, na 59^a posição, Campos dos Goytacazes aparece na 65^a posição, Belford Roxo na 68^a e, finalmente, São João de Meriti tem a 84^a posição de cidade mais empreendedora dentre as 100 mais populosas do Brasil (ICE, 2020).

Em relação ao ambiente regulatório para o desenvolvimento de empresas, São Gonçalo fica em 3^o lugar no ranking das 100 cidades, enquanto a capital fluminense fica em nono lugar. São João de Meriti, além de apresentar a pior posição no ranking geral, também é a cidade fluminense (dentre as 9 cidades que entraram no *ranking*) com o pior ambiente regulatório para o desenvolvimento da ação empreendedora. A performance das cidades participantes do ERJ no indicador que avalia a infraestrutura para o desenvolvimento de empresas mostra que, nas

idades citadas, há espaço para desenvolvimento dos aspectos infraestruturais, uma vez que a capital, o município do Rio de Janeiro, ficou em 83º lugar, enquanto Duque de Caxias, o primeiro município fluminense a aparecer no *ranking* desse indicador, ficou com o 43º lugar (ICE, 2020).

Quanto à atividade empreendedora ligada à inovação, observa-se que a cidade de Niterói ficou em 10º lugar, e o município do Rio de Janeiro figura na 12ª posição. Já Belford Roxo e Nova Iguaçu, no quesito inovação, ficaram nos 86º e 88º lugares. Em relação ao capital humano, a cidade de Niterói ficou em terceiro lugar no *ranking* geral, enquanto o município do Rio de Janeiro ficou em 36º lugar. O pior destaque nesse quesito foi a cidade de Belford Roxo, a qual tomou o 99º lugar em capital humano. Finalmente, em relação à cultura empreendedora, todas as nove cidades que entraram no *ranking* de cidades mais populosas do Brasil estão colocadas a partir da 52ª posição, com destaque para a capital, o município do Rio de Janeiro, que ficou em 79º lugar (ICE, 2020).

Esses indicadores, embora não englobem a totalidade dos municípios fluminenses, são um *framework* que ajuda a melhorar a percepção do empreendedorismo no ERJ, considerando principalmente aspectos como a atividade empreendedora, o empreendedorismo inovador, o ambiente regulatório, a infraestrutura e a cultura empreendedora. Os resultados do levantamento são desanimadores, especialmente aqueles ligados aos indicadores capital humano e cultura empreendedora, e evidenciam o quanto o ERJ precisa ser alvo de políticas públicas que fomentem e estimulem não só os negócios como as *startups* ligadas a inovações, mas que também apoiem o empreendedorismo gerador de renda e emprego e o empreendedorismo social, uma vez que as diferentes modalidades de empreendedorismo enfrentam dificuldades, como mostrou a publicação (ICE, 2020). Neste sentido, torna-se cada vez mais importante produzir mais conhecimento sobre o empreendedorismo no ERJ, e formalizar esse conhecimento a partir da definição de objetivos e prioridades na agenda de pesquisa, com o intuito de cooperar com *policy makers* na tarefa de estimular o empreendedorismo e explorar todo o seu potencial de impacto.

4.2 Descrição e Discussão dos Resultados da *Scoping Review*

Em vista do exposto nas seções anteriores do presente capítulo, a fim de promover maior conhecimento sobre as dificuldades da formulação de políticas de apoio ao empreendedorismo BOP e ao empreendedorismo social, esta seção apresenta e discute os resultados da *Scoping Review* realizada. A subseção 4.2.1 apresenta e discute os resultados das Etapas 2 e 3, e a subseção 4.2.2 as Etapas 4 e 5 da *Scoping Review*. Os resultados desta pesquisa complementam

o resultado apresentado da Tabela 1 no capítulo II, e correspondem ao terceiro objetivo específico estipulado na Introdução. O detalhamento das etapas metodológicas se encontra na seção 1.3, e o conjunto de quadros de resultados se encontra no Apêndice A.

4.2.1 Etapas 2 e 3 da Scoping Review

Como foi detalhado na seção 1.3, Metodologia, as Etapas 2 (identificação da literatura relevante) e 3 (seleção de estudos) compreenderam a identificação e a seleção de estudos relevantes. As Tabelas 3 e 4 mostram a quantidade de resultados quando as palavras-chave foram buscadas separadamente nas bases em português e inglês respectivamente.

Tabela 2 – Artigos achados na busca individual de palavras-chave em português

Palavras-chave	Bases					Total de Artigos
	Capes	Research Gate	Springer	Scopus	Web of Science	
“Empreendedorismo social”	1138	100	30	21	09	1298
“Empreendedorismo na base da pirâmide”	60	100	0	01	0	161
“Políticas públicas empreendedorismo no Rio de Janeiro”	612	100	2	0	0	714

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 – Artigos achados na busca individual de palavras-chave em inglês

Palavras-chave	Bases					Total de Artigos
	Capes	Research Gate	Springer	Scopus	Web of Science	
“Entrepreneurship at the base of pyramid”	1340	100	622	17	99	2178
“Social entrepreneurship”	110.326	100	16.742	3.255	5.553	135.976
“Public policies entrepreneurship in Rio de Janeiro”	744	100	179	0	09	1032

Fonte: Elaboração própria

Após essa busca individual com as palavras-chave em português e em inglês, as Tabelas 4 e 5 mostram as quantidades de artigos identificados quando as palavras-chave foram combinadas em português e em inglês, respectivamente.

Tabela 4 – Artigos achados com a combinação de palavras-chave em português

Combinações das Palavras-chave	Bases					Total de Artigos
	Capes	Research Gate	Springer	Scopus	Web of Science	
“Empreendedorismo na base da pirâmide” AND “Políticas públicas empreendedorismo no Rio de Janeiro”	11	82	0	0	0	93
“Empreendedorismo social” AND “Políticas públicas empreendedorismo no Rio de Janeiro”	209	100	2	01	0	312
“Empreendedorismo na base da pirâmide” AND “Empreendedorismo social” AND “Políticas Públicas Empreendedorismo no Rio de Janeiro”	11	0	0	0	0	11
Total de Artigos para pré-análise						416

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5 – Artigos achados com a combinação de palavras-chave em inglês

Combinações das Palavras-chave	Bases					Total de Artigos
	Capes	Research Gate	Springer	Scopus	Web of Science	
“Entrepreneurship at the base of pyramid” AND “Public policies entrepreneurship in Rio de Janeiro”	29	69	8	0	0	106
“Social Entrepreneurship” AND “Public Policies entrepreneurship in Rio de Janeiro”	709	66	21	2	5	803
“Entrepreneurship at the base of pyramid” AND “Social entrepreneurship” AND “Public policies entrepreneurship in Rio de Janeiro”	30	3	8	0	0	41
Total de Artigos para pré-análise						950

Fonte: Elaboração própria

Após a combinação das palavras-chave através do uso do operador booleano AND e da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão apontados na metodologia, 72 foram os artigos lidos dentre as 1.366 referências que resultaram da pesquisa. Esses 72 artigos tinham aderência à temática de pelo menos uma das palavras-chave. Após análise mais profunda do conteúdo de cada um deles, 9 artigos apresentaram aderência ao tema, mas foram excluídos pois tratavam somente do nível nacional, 2 artigos estavam em duplicidade, e 9 artigos foram selecionados para a análise, pois atendiam aos critérios de inclusão, não foram descartados na aplicação os critérios de exclusão, e tinham aderência à temática proposta, conforme mostra a Tabela 6.

Tabela 6 – Artigos da pré-análise e artigos selecionados

Artigos selecionados para pré-análise	Artigos com aderência à temática	Artigos temática “Empreendedorismo no Brasil”	Artigos repetidos	Artigos selecionados para Análise
1.366	72	9	2	9

Fonte: Elaboração própria

4.2.2 Etapas 4 e 5 da Scoping Review

Uma vez finalizada a seleção dos artigos para a análise, a Etapa 4 (sistematização dos dados) consistiu na disposição dos dados da *Scoping Review* em um quadro para cada um dos artigos selecionados, os quais se encontram no Apêndice A. Cada quadro contém o número do artigo (1 a 9, que corresponde a numeração dos estudos selecionados); autor; ano de publicação e localidade do estudo; o tipo de contribuição do estudo; a população estudada; a metodologia aplicada; avaliação do estudo; e implicações importantes.

Finalizada a Etapa 4, cabe mencionar que a última, a Etapa 5 (compilação, análise, e relato dos resultados), consistiu na apresentação e discussão dos resultados consolidados na Etapa 4. A fim de discutir aqui os principais achados da *Scoping Review*, durante a Etapa 5, dois eixos temáticos foram definidos, quais sejam (i) Empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social; e (ii) Políticas públicas de apoio ao empreendedorismo tradicional, ao empreendedorismo na base da pirâmide, e ao empreendedorismo social. O objetivo dessa apresentação não é qualificar o conteúdo dos artigos, mas aproximá-los dos eixos analíticos definidos.

Contudo, cabe aqui começar fazendo algumas observações gerais sobre os resultados. Primeiramente, a frequência relativa de periódicos cuja localidade era a cidade do Rio de Janeiro foi altíssima. Apenas 1 dos 9 artigos analisou o estado do Rio de Janeiro. Isso mostra que há bastante espaço para reflexões sobre o empreendedorismo no âmbito estadual. Além disso, embora não haja total consenso sobre os termos, é possível observar que nem sempre há clareza em relação ao conceito de empreendedorismo social, que por vezes é associado ao empreendedorismo BOP 2.0 e 3.0. Finalmente, em relação às populações de mais baixa renda, as favelas continuam sendo grande referencial da desigualdade e da exclusão social, por mais que mudanças tenham acontecido nos últimos anos para revitalizar essas localidades.

4.2.3 Eixo temático Empreendedorismo BOP e Empreendedorismo Social

Nesse sentido, o primeiro eixo temático escolhido para os resultados foi o empreendedorismo BOP e empreendedorismo social. Em aderência a este eixo, o artigo de número 4 figura um exemplo de empreendedorismo BOP 2.0, ou seja, empreendedorismo gerador de renda e de emprego. O texto se encaixa na análise apresentada, uma vez que mostra como o empreendedorismo se tornou lentamente o legado mais virtuoso das UPPs nas favelas cariocas. Dessa forma, o empreendedorismo em si, nesse caso, representou uma política

pública, a que as autoras chamam de “resgate de cidadania”. Esse trabalho aponta para o interessante poder de inclusão econômica social que o empreendedorismo apresenta. Assim, é possível concluir que estimular essa modalidade de empreendedorismo pode ter um impacto ainda maior do que observado com o auxílio de outras políticas públicas. Em contraste, o artigo de número 9 também considera o contexto das UPPs, e não tem o mesmo entendimento sobre o empreendedorismo nas favelas pacificadas. Em vez de considerar o empreendedorismo uma política participativa e importante, no artigo 9 o empreendedorismo é apenas mais uma forma imposta, principalmente aos jovens, de inserção econômica de uma forma não orgânica.

O artigo de número 7 fala sobre a experiência da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em suas atividades como universidade empreendedora. Utilizando a análise tríplice hélice, em que governo e indústria estão vinculados a si e à universidade, o artigo menciona alguns atrasos que ocorrem e que impedem que a UNIRIO consiga crescer como uma universidade empreendedora líder no ERJ. A criação de políticas que auxiliem a UNIRIO a cumprir seus propósitos pode causar impacto positivo no estado do Rio de Janeiro.

Finalmente, a pesquisa tratada no artigo de número 8 expõe que o empreendedorismo no terceiro setor pode ser uma prática virtuosa. O artigo pontua como as experiências são importantes ao empreender. Esse argumento é interessante, porque defende o aprendizado organizacional no terceiro setor, que é muito heterogêneo e intensivo em trabalho. Assim, faz sentido pensar que o valor das experiências humanas integra em alguma medida a atividade empreendedora no setor terciário. Através da leitura do texto, fica claro que o empreendedor vive convergindo suas experiências no seu contexto de trabalho. A união dessas experiências à expertise de *policy makers* pode promover políticas que de fato estimulem a atividade empreendedora.

4.2.4 Eixo temático das Políticas Públicas

O artigo de número 1 é uma pesquisa que avalia a mobilização para a inserção de moradores de favelas no empreendedorismo e os esforços do setor público e privado para tornar a favela do morro de Santa Marta uma favela turística. Apesar dos investimentos feitos, os moradores não apresentaram opiniões conclusivas sobre a mobilização, o que pode ser um indício de que uma maior articulação com atores locais na formulação de políticas públicas pode ser valiosa para que as iniciativas alcancem seu potencial de impacto.

Ainda sobre o eixo de políticas públicas, o artigo de número 2 analisa o orçamento participativo do Rio de Janeiro que foi, em alguma medida, anulado pelas políticas públicas de

empreendedorismo urbano, principalmente o II PECRJ. A autora atenta para o histórico que a cidade do Rio de Janeiro tem de promover políticas de empreendedorismo urbano que, muitas vezes, são desnecessárias. Seus argumentos são compatíveis com a proposta do presente trabalho no sentido de que o melhor conhecimento sobre o empreendedorismo e sobre a localidade em que se pretende implementar as políticas precede a sua formulação. Isso significa dizer que prover mais conhecimento sistematizado para benefício dos *policy makers* pode representar contribuições interessantes para os caminhos das políticas públicas que potencializam impacto.

Ao eixo das políticas também foi adicionado o artigo de número 3. O artigo, de forma semelhante a este trabalho, argumenta que o empreendedorismo tem o potencial de reduzir desigualdades e de até mesmo conferir autonomia. A população estudada foi uma população recipiente de uma política pública de assistência social, qual seja, o crédito do Minha Casa, Minha Vida. O trabalho mostra como uma política pública, ainda que não direcionada ao fomento do empreendedorismo gerador de renda e emprego, foi capaz de causar impacto positivo e transformar condições de vulnerabilidade na população observada.

O artigo 5 foi o único artigo que abordou políticas públicas de apoio ao empreendedorismo no contexto estadual da economia fluminense, e trouxe elucidações sobre as políticas que já existem no ERJ. Seus resultados mostram que o caráter ortodoxo é prevalente na orientação das políticas de apoio ao empreendedorismo tradicional no estado, em detrimento de políticas com orientação mais sistêmica. Esses achados corroboram a observação aqui feita sobre o microcrédito ser preferido como política de auxílio ao empreendedorismo gerador de renda e emprego. O artigo mostra ainda o papel da capacitação e do apoio estratégico no estímulo à resiliência dos negócios fluminenses em tempos de crise como a persistente crise do ERJ, agravada pela pandemia do novo coronavírus.

Também escrito durante a pandemia do novo coronavírus, o artigo de número 6 pontua o insuficiente esforço da gestão pública do município do Rio de Janeiro em fomentar o empreendedorismo tradicional. Dentre suas contribuições, o autor elaborou um plano de ação que vinculasse as ações do governo às ações de órgãos e entidades como o SEBRAE. Essa visão, em parte, também foi apresentada aqui neste trabalho, uma vez que a literatura especializada aponta que a desarticulação dos esforços em prol do empreendedorismo tende a frear o potencial das políticas públicas de apoio ao empreendedorismo tradicional.

4.3 Considerações finais

Considerando o exposto no presente capítulo, importa dizer que, há espaço para desenvolver o potencial da atividade empreendedora em diferentes modalidades no ERJ. A formulação de políticas de apoio ao empreendedorismo no contexto da economia fluminense pode estimular essas potencialidades, conquanto haja real conhecimento do contexto, das necessidades a serem supridas, e dos pontos a serem desenvolvidos.

Conforme visto através da *Scoping Review*, apesar de muitos artigos selecionados para a análise não considerarem o estado do Rio de Janeiro como objeto de estudo, contribuições interessantes foram feitas, as quais apontam para alguns dos desafios que os *policy makers* enfrentam em relação ao contexto do empreendedorismo tradicional, empreendedorismo na base da pirâmide, e empreendedorismo social. Aqui cabe frisar, de acordo com o que foi pontuado nos textos identificados, a falta de articulação da gestão pública com iniciativas privadas ou público-privadas como o SEBRAE, a falta de real conhecimento sobre as políticas públicas que são necessárias no Rio de Janeiro, e a falta de políticas que de fato estimulem as várias modalidades de empreendedorismo.

Essas contribuições são consoantes com aquelas já pontuadas aqui sobre os desafios das políticas públicas no estado do Rio de Janeiro. Desta forma, a partir de todo o conteúdo exposto e dos resultados da *Scoping Review*, vale colocar que, no nível macro, um grande desafio para os *policy makers* que apoiam o empreendedorismo BOP e o empreendedorismo social é a fragilidade da economia fluminense, e sua exposição às crises domésticas e internacionais, considerando o contexto de globalização e de financeirização em que o Brasil e o mundo se encontram. No nível meso, vale dizer que a já mencionada falta de articulação entre as instituições e a falta de vinculação de suas iniciativas em favor do empreendedorismo torna essas iniciativas dispersas no espaço econômico, e sua capilaridade e impacto positivo são de difícil estimativa. Por sua vez, os empreendedores BOP e empreendedores sociais contam com condições adversas, e ambiente e cultura empreendedora ainda em formação. Somada a isso, a falta de esforços de sistematização e de recursos coleta de informações sobre essas condições e sobre as especificidades e fragilidades do empreendedorismo tradicional são um desafio no nível micro para os *policy makers* que queiram desenhar políticas de impacto no estado do Rio de Janeiro.

Assim, é importante que os *policy makers* observem todas essas particularidades do empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social no contexto da economia fluminense. Ainda que as condições para o estímulo dessas modalidades de empreendedorismo

não sejam animadoras, a presente pesquisa evidencia que as políticas no nível estadual, mais do que desejáveis, são necessárias para o desenvolvimento da ação empreendedora no estado. O empreendedorismo pode ser muito útil enquanto um instrumento redutor de desigualdades e de melhoria da qualidade de vida. Logo, estimular as modalidades de empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social no ERJ é promover um melhor aproveitamento dos potenciais do estado e de seu capital humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal pontuar os principais desafios dos *policy makers* que desejam estimular o empreendedorismo na base da pirâmide e o empreendedorismo social no estado do Rio de Janeiro. Em conformidade com o objetivo geral, três objetivos específicos foram definidos, quais sejam, caracterizar os conceitos de empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social; apontar aspectos contextuais relevantes sobre o ERJ; e identificar a investigação científica com aderência à temática escolhida.

A fim de alcançar os objetivos da pesquisa, alguns passos foram realizados. O primeiro passo envolveu a definição do termo empreendedorismo, aqui utilizado em sua conotação funcional, referente à ação de criar, manter ou expandir negócios. Então, uma discussão sobre a multidisciplinaridade da agenda de pesquisa de empreendedorismo foi feita, de forma que o crescente interesse no tema por parte de diversas disciplinas fosse evidenciado, bem como a consolidação do empreendedorismo como uma disciplina independente.

Esse passo foi seguido por uma recapitulação do empreendedorismo como um tema tratado dentro da agenda de pesquisa da ciência econômica. Primeiramente foram listadas três motivações que os economistas podem considerar para incluir o empreendedorismo na investigação científica, segundo a perspectiva *mainstream*. Depois disso, os principais expoentes do empreendedorismo na ciência econômica foram mencionados. Essa recapitulação incluiu autores economistas que trouxeram diferentes perspectivas sobre o empreendedorismo, as quais são objeto de estudo até os dias atuais. Destaca-se especialmente as contribuições de Frank Knight (1921), Joseph Schumpeter ([1911]1934; 1942), William Baumol (1968;1990), e Mark Casson (2003), que moldaram não só a percepção do empreendedorismo na ciência econômica, mas influenciaram também outras áreas que têm o empreendedorismo como objeto de pesquisa.

O passo seguinte consistiu na definição dos termos que são objeto da presente pesquisa, quais sejam, o empreendedorismo na base da pirâmide, empreendedorismo social e seus determinantes segundo a literatura especializada. Essa revisão de literatura indicou que o termo empreendedorismo na base da pirâmide tem três dimensões na literatura, que primeiramente trata da base da pirâmide como um mercado consumidor para grandes empresas (BOP 1.0); posteriormente, o empreendedorismo na base da pirâmide foi bastante associado ao microempreendedorismo e ao alívio da pobreza (BOP 2.0); e, mais recentemente, o empreendedorismo na base da pirâmide tem acrescido ao entendimento BOP 2.0 a noção de

que essa modalidade de empreendedorismo pode causar impacto socioeconômico e ambiental positivo (BOP 3.0). Também presente nessa sistematização, o empreendedorismo social difere de outros modelos de negócio já conhecidos, por reverter a totalidade de seus lucros para a resolução de causas sociais, socializando os ganhos da geração de valor. Importa acrescentar que a literatura sobre essas modalidades de empreendedorismo considera a inovação compatível e importante para sua operação.

Em seguida, o próximo passo do trabalho foi pontuar brevemente as noções de duas abordagens divergentes de políticas públicas, quais sejam: a neoclássica e a neo-schumpeteriana. A abordagem neoclássica limita a atuação da política pública, que nessa percepção deve apenas conciliar as falhas de mercado. Por sua vez, a visão neo-schumpeteriana entende que a política é essencial para fomento de ações como a empreendedora. Nesse passo da pesquisa, essa breve discussão foi complementada por um apontamento de algumas políticas em apoio ao empreendedorismo que já existem no ERJ, e algumas ações privadas de fomento.

Subsequentemente, uma contextualização do estado foi elaborada, em que foram observados: no nível global, a financeirização e a globalização; no nível continental, o fenômeno *Pink Tide* na América Latina; e, no nível nacional e local (Brasil e ERJ), a reprimarização da pauta exportadora, a especialização produtiva, e a desindustrialização. Esses aspectos contextuais contribuíram com a deflagração das crises econômica, política, fiscal, institucional e de segurança pública no ERJ, principalmente a partir de meados da segunda década dos anos 2000.

Complementando essa contextualização, o cenário socioambiental e o ambiente empreendedor do ERJ foram abordados, e aspectos como as desigualdades (de renda, gênero, raça etc.) foram evidenciadas através dos dados. Além do diagnóstico de desigualdades, o ambiente empreendedor fluminense foi detalhado através da apresentação de dados disponibilizados por algumas iniciativas que estruturam informações sobre o ambiente empreendedor no estado. Em relação ao ambiente competitivo, dados do Centro de Liderança Pública foram utilizados, e em relação à atividade empreendedora, o Índice de Cidades Empreendedoras, iniciativa da ENDEAVOR em parceria com a ENAP foi consultado, além dos dados do mapeamento regional da Associação Brasileira de *Startups*. Esses dados, ainda que dispersos e que não tratem exclusivamente do âmbito do ERJ, permitiram a observação de que há espaço para o desenvolvimento de políticas públicas em apoio às modalidades de empreendedorismo estudadas. Adicionalmente, também foi constatado que há necessidade e espaço para o desenvolvimento de mecanismos de estruturação, sistematização e consolidação de dados sobre o empreendedorismo em diferentes modalidades no estado do Rio de Janeiro.

A *Scoping Review* (ARKSEY; O'MALLEY, 2005), próximo passo da pesquisa, foi realizada a fim de promover maior conhecimento da literatura sobre políticas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social no ERJ. As cinco etapas da pesquisa permitiram a coleta, estruturação e análise dos dados com aderência à temática de escolha. A *Scoping Review* também viabilizou a designação de dois eixos temáticos de análise do conteúdo coletado nas bases de dados através da busca com palavras-chave com o operador booleano AND. O primeiro eixo, o de empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social, reuniu as informações referentes a essas duas modalidades de empreendedorismo encontradas nos estudos selecionados para análise. O segundo eixo, o de políticas públicas, permitiu a compilação de resultados referentes às políticas de apoio ao empreendedorismo no estado do Rio de Janeiro.

Dentre os resultados, a presente pesquisa observou que há escassez de estudos que tratem do empreendedorismo no âmbito estadual do Rio de Janeiro, que há falta de clareza em relação ao termo empreendedorismo social, e que as favelas são com frequência utilizadas como referência para condições de vulnerabilidade social. Além disso, desafios para os *policy makers* que trabalham no desenho de políticas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social foram observados nos níveis macro, meso e micro. No nível macro, a fragilidade decorrente das muitas crises e condições adversas do ERJ representa um desafio para a implementação e para o desenho de políticas; no nível meso, a falta de articulação de órgãos e de entidades, e a falta de vinculação das iniciativas que já existem (na esfera pública, privada, ou público-privada) também configura um obstáculo para a formulação de políticas; e, no nível micro, a falta de indicadores e de mecanismos coleta, sistematização e consolidação de dados sobre o empreendedorismo no estado do Rio de Janeiro dificulta até mesmo a definição da direção a ser seguida para que as políticas públicas de apoio ao empreendedorismo na base da pirâmide e ao empreendedorismo social cumpram seus propósitos.

Esses obstáculos e gargalos nos níveis macro, meso e micro foram evidenciados e, conforme mostrou a pesquisa, conciliar todas as crises e adversidades do contexto estadual no Rio de Janeiro não é uma tarefa fácil, porém é necessária.

Por fim, importa mencionar que o limite da presente pesquisa inclui a indisponibilidade de alguns artigos e, portanto, é recomendável que mais pesquisas sobre a temática de políticas públicas em apoio ao empreendedorismo tradicional, social, e na base da pirâmide sejam formuladas. Neste sentido, considerando a já mencionada escassez de pesquisas que estudem o empreendedorismo na base da pirâmide e empreendedorismo social exclusivamente no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a presente pesquisa sugere que propostas de formulação de

políticas públicas em apoio a essas modalidades de empreendedorismo sejam feitas em trabalhos futuros, a fim de promover discussões mais concretas no que tange a agenda prioritária das políticas no contexto da economia fluminense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSTARTUPS- Mapeamento de comunidades - Sudeste 2020. Disponível em: [Mapeamento de Comunidades - Abstartups](#). Acesso em: 26 jul. 2021.

AEENI, Z.; MOTAVASELI, M.; SAKHDARI, K.; SAEEDIKIYA, M. Extending the potential of Baumol's entrepreneurial allocation theory. **Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies**, v. 11, n. 3, p. 416-435, 2019.

ALMEIDA, M.; SANTOS, D.; ARAGÃO, L.; NOGUEIRA, G.; BONIFÁCIO, A.; SIMÕES, B.; TERRA, B. Expanding the vision of entrepreneurial universities: a case study of UNIRIO in Brazil. **Triple Helix**, Londres, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2016.

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.

BAUMOL, W. J., **Entrepreneurship in Economic Theory**. University of Illinois at Urbana-Champaign's Academy for Entrepreneurial Leadership Historical Research Reference in Entrepreneurship, 1968. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1506344>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BAUMOL, W.J. Entrepreneurship: productive, unproductive, and destructive. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. 893-921, 1990.

BAUMOL, W. J. Formal Entrepreneurship Theory in Economics: existence and bounds. **Journal of Business Venturing**, v. 8, n. 3, p. 197-210, 1993.

BERGLANN, H.; MOEN, E. R.; RØED, K.; SKOGSTRØM, J. F. Entrepreneurship: origins and returns. **Labour Economics**, v. 18., p. 180-193, 2011.

BEZERRA, F. C. A. Proposta De Fomento Ao Empreendedorismo a Partir da Qualificação e Treinamento de Comerciantes Ambulantes da Cidade do Rio De Janeiro. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 06, ed. 05, v. 02, p. 71-92, 2021.

BEZERRA, E.; SILVA, G.; BORGES, C.; TONDOLO, L. Políticas Públicas de Empreendedorismo no Brasil: levantamento e análise. **Anais do VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE)**. Goiânia, mar. 2014.

BHIDE, A. **The origin and evolution of businesses**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BITTAR, F.S.O.; BASTOS, L.T.; MOREIRA, V.L. Reflexões sobre o empreendedorismo: uma análise crítica na perspectiva da economia das organizações. **Rev. Adm. UFSM**, v.7, n.1, p. 65-80, 2014.

BRAGA, F. das C. **Gestão Empreendedora: características de Comportamento Empreendedor dos Micro Empresários do Comércio Varejista de uma Comunidade do Rio de Janeiro. Caso: Rocinha**. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais (CCS), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.

BRAGA, J. C.; OLIVEIRA, G.C.; WOLF, P. J. W.; PALLUDETO, A.W.; DEOS, S.S. For a political economy of financialization: theory and evidence. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. especial, p. 829-856, 2017.

BRASIL. **Lei Complementar Federal nº 159**, 19 de maio de 2017. Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares n. 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.

CARDOSO, I. C. C. O orçamento participativo do Rio de Janeiro e as políticas de planejamento urbano estratégico. **Revista em pauta**, v. 6, n. 24, p. 113-138, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/523>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. **Revista Economia Ensaios**, v. 26, n. 1, p. 35-64, 2011.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da Desigualdade** – Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2020. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 26 jul., 2021.

CASSON, M. **The Entrepreneur**. An Economic Theory. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2003.

CAVALIERI, H.; HASENCLEVER, L. Especialização produtiva - reflexos sobre o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. **Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 16, 2019.

CENTRO DE LIDERANÇA POLÍTICA. **Ranking de Competitividade dos estados**. Disponível em: <https://www.rankingdecompetitividade.org.br/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CHAMBERLIN, E. **The Theory of Monopolistic Competition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1933.

CHANDLER, A.D. **The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business**. Harvard Business Review, 1977.

CICCARINO, I. D. M.; BORGES, A.; VIVEIROS, D. S. Um estudo sobre o empreendedorismo incentivado por Políticas Públicas de assistência social no município do Rio de Janeiro. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 6, n. 1, p. 15-29, jan./abr. 2018.

CUNHA, R. M. **Criação e desenvolvimento de spin-offs no contexto da perspectiva emergente do empreendedorismo acadêmico**. 177 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

DALGLISH, C.; TONELLI, M., **Entrepreneurship at the bottom of the pyramid**. 1. ed., Routledge, 2016.

DANIEL, F. P. **Política Fiscal e os Ciclos Econômicos**.113f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, 2007.

DEGEN, R. J. Empreendedorismo: uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. **Revista de Ciências da Administração**, v. 10, n. 21, p. 11-30, 2008.

DELOITTE. Reaching deep in low-income markets: Enterprises achieving impact, sustainability, and scale at the base of the pyramid. **Monitor Deloitte**, 2017.

DEMBEK, K.; SIVASUBRAMANIAM, N.; CHMIELEWSKI, D. A. A Systematic Review of the Bottom/Base of the Pyramid Literature: Cumulative Evidence and Future Directions. **Journal of Business Ethics**, 2019.

DISTRITO. **Distrito RioTech Report 2019**. Disponível em: file:///C:/Users/karen/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/cms_files_65883_1576696534RioTech_Report_2019_V9.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 8. ed. São Paulo: Empreende Editora, 2018.

ELIASSON, G. HENREKSON, M. William J, Baumol: An Entrepreneurial Economist on the Economics of Entrepreneurship. **Small Business Economics**, v. 23, n.1, 2004.

ERKEN, H.; DONSELAAR, P.; THURIK, R. Total factor productivity and the role of entrepreneurship. **The Journal of Technology Transfer**, v. 43, p. 1493-1521, 2018.

ESTATÍSTICAS – RJ. **FOGO CRUZADO**. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FECOMÉRCIO RJ; IFEC RJ. **Rio em Números** – Análise de dados socioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro. Ano 1, n.1, 2019.

FERRAZ, J. C.; PAULA, G. M. de; KUPFER, D. Política Industrial. *In*: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. cap. 24, p. 313-323.

FERREIRA, M. P.; REIS, N. R.; PINTO, C. F. Schumpeter's (1934) influence on entrepreneurship (and management) research. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.6, n.1, p. 04-39, 2017.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Avanço da criminalidade no Estado do Rio de Janeiro: Retrato e propostas para a segurança pública. **Nota técnica FIRJAN**, Rio de Janeiro, 2017.

FREEMAN, C. **The economics of industrial innovation**. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1982.

FREIRE-MEDEIROS, B.; VILAROUCA, M. C.; MENEZES, P. A pobreza turística no mercado de pacificação: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta. **Caderno CRH**, v. 29, n. 78, p. 571-585, 2016.

GADELHA, C.A.G. Política Industrial: uma visão Neo-schumpeteriana Sistêmica e Estrutural. **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 4 (84), 2001.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil 2019**. Curitiba: IBPQ, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diagnóstico da situação fiscal - Estado do Rio de Janeiro. **Secretaria de Estado de Fazenda**, julho de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 9.303**, 1 de outubro de 2020. Dispõe sobre o estímulo ao empreendedorismo feminino no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

HALL, J.; MATOS, S.; SHEEHAN, L.; SILVESTRE, B. Entrepreneurship and Innovation at the Base of the Pyramid: A Recipe for Inclusive Growth or Social Exclusion? *Journal of Management Studies*, v. 49, n. 4, p. 785-812, 2012

HANUSCH, H.; PYKA, A. The principles of Neo-schumpeterian Economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 31, n. 2, p. 275-289, 2007.

HART, D. M. **The Emergence of Entrepreneurship Policy**: governance, start-ups, and growth in the U.S. knowledge economy. New York: Cambridge University Press, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ICE- **ÍNDICE DE CIDADES EMPREENDEDORAS**. ENDEAVOR Brasil, 2020. Disponível em: <https://endeavor.org.br/ambiente/ice-2020/> Acesso em: 12 jul. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada. Ipeadata – **Salário mínimo vigente**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?stub=1&serid1739471028=1739471028>. Acesso em: 26 jul. 2021.

KNIGHT, F. H. **Risk, uncertainty and profit**. New York: August M. Kelley, 1921.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Introdução. *In*:_____ (orgs.). **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013, Cap. 1, p. xxi-xxix.

LANGLOIS, R. N. Schumpeter and Personal Capitalism. **Economics Working Papers**, 1996.

LANGLOIS, R. N. Schumpeter and the obsolescence of the entrepreneur. **Social Science Research Network**, n. 19, 2002. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=353280>. Acesso em: 27 jul. 2021.

LA ROVERE, R. L.; SANTOS, G. de O.; DUTRA, L. B.; PEREIRA, K. A. Políticas evolucionárias de apoio ao empreendedorismo: o caso do Rio de Janeiro. **Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis**, v. 6, n. 1, p. 100-121, 2021.

LONDON, T. **The base of the pyramid promise: Building businesses with impact and scale.** Stanford: Stanford Business Books, 2016.

LOUREIRO, P.M. Reformism, Class Conciliation, and the Pink Tide: Material Gains and their Limits. *In*: YSTANES, M.; STRØNEN, I.Å. (orgs.) **The Social Life of Economic Inequalities in Contemporary Latin America - Approaches to Social Inequality and Difference.** Palgrave Macmillan, 2018, p. 35-56.

MARSHALL, A. **Principles of Economics.** 8. ed. [1890]; The Online Library of Liberty - A Project of Liberty Fund, Inc. Disponível em: http://files.libertyfund.org/files/1676/Marshall_0197_EBk_v6.0.pdf Acesso em: 28 jul. 2021.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MAZZAROL, T. Growing and sustaining entrepreneurial ecosystems: What they are and the role of government policy. **Small Enterprise Association of Australia and New Zealand (SEAANZ)**, 2014.

McCLELLAND, D. C. **The achieving society.** New Jersey: Van Nostrand, 1961.

MEYER, M.; LIBAERS, D.; THUIS, B.; GRANT, K.; GLÄNZEL, W. DEBACKERE, K. Origin and emergence of entrepreneurship as a research field. **Scientometrics**, 2014.

NELSON, R. Why Schumpeter has had so little influence on today's main line economics, and why this may be changing. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 22, n.5, p. 901-916, 2012.

NELSON, R.; WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Understanding Key Terms and Modalities for Private Sector Engagement in Development Co-operation. **PRIVATE SECTOR PEER LEARNING: Peer Inventory 1 - Private Sector Engagement Terminology and Typology**, 2016.

OLIVEIRA, H. S. de. Contradições entre desenvolvimento, trabalho e espaço em tempos de crise: o caso do estado do Rio de Janeiro. **Cadernos Metr pole**, v. 19, n. 38, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3807>.

PEDROZO, E. Proposition of BoP 3.0 as an alternative model of business for BoP (base of pyramid) producers: Case study in Amazonia. *In*: LOERA, M.R.; MARJANSKI, A.J. (orgs.) **The challenges of management in turbulent times: Global issues from local perspective.** Mexico: Universidad de Occidente, 2015, p. 189–203.

PIGOU, A.C. **A Study in public finance**. Londres: Macmillan and Co., 1928.

PINTO, E. C. Estado do Rio de Janeiro em Convulsão: economia do petróleo, crise fiscal, e avanço das milícias. *In: AZEVEDO, J. S. G. de; POCHMANN, M. (orgs.). **Brasil: incertezas e submissão?***, Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2019, p. 339-356.

PORTER, M.E. **The Five forces that shape Strategy**. Harvard Business Review, 1998.

POSSAS, M. L. Concorrência Schumpeteriana. *In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil***. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. cap. 18, p. 245-252.

PRAHALAD, C.K.; HART, S.L. The fortune at the bottom of the pyramid. **Strategy and Business**, v. 26, p. 54-67, 2002.

QUEIROZ, H. FIANI, R. Regulação Econômica. *In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil***. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. cap.23, p. 299-312.

RIO PERDEU QUASE 20% DO PARQUE FABRIL EM CINCO ANOS. **VALOR ECONÔMICO**, Rio de Janeiro, 6 de julho de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/07/06/rio-perdeu-quase-20-do-parque-fabrill-em-cinco-anos.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ROBINSON, J. The Economics of Imperfect Competition. **The Economic Journal**, v. 43, n. 172, p. 657-661, 1933.

ROCHA, L. A.; CARVALHO, M. B. Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro. **Cad. Metrop.**, v. 20, n. 43, p. 905-924, 2018.

ROCHE, G.A.G. **Neoclassical Entrepreneurship Theory: Limits and Insights for a Heterodox Approach**. Working paper, 2017.

SAAD FILHO, A. Mass Protests under ‘Left Neoliberalism’: Brazil, June-July 2013. **Critical Sociology**, v. 39, n. 5, p. 657-669, 2013.

SAY, J. B. **A treatise on political economy**. 4. ed. Philadelphia: Clanton, Remsen & Haffelfinger, 1880.

SCHUMPETER, J. **The Theory of Economic Development**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism and democracy**. Nova Iorque: Harper & Row, 1942.

SEBRAE-NA/ Dieese. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**, 2013. Disponível em: [Anuario do Trabalho Na Micro e Pequena Empresa 2013.pdf \(sebrae.com.br\)](https://sebrae.com.br/Anuario-do-Trabalho-Na-Micro-e-Pequena-Empresa-2013.pdf). Acesso em: 28 jul., 2021.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Panorama do Rio De Janeiro: Mercado de trabalho, desigualdade, pobreza e empreendedorismo. **Nota Temática do Observatório Sebrae/RJ**, Rio de Janeiro, n. 45, fev. 2017.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Impacto do Coronavírus nas Pequenas empresas**. SEBRAE – Gestão Estratégica, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/karen/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Artigo%20II%20Semin%C3%A1rio%20Economia%20Fluminense%20UFRRJ/DATA%20SEBRAE/Impactos%20COVID-19%20Pequenos%20Neg%C3%B3cios/Ana%CC%81lise-de-Impacto-nos-Pequenos-Nego%CC%81cios_FINAL.pdf Acesso em: 04 jun. 2021.

SHEIBER, L. How Social Entrepreneurs in the Third Sector Learn from Life Experiences. **Voluntas**, v. 27, p. 1694–1717, 2016.

SHEPPARD, E.; LEITNER, H. Quo vadis neoliberalism? The remaking of global capitalist governance after Washington Consensus. **Geoforum**, v. 41, n. 2, p.185-194, 2010.

SILVA, C.M.; MENEZES FILHO, N.M.; KOMATSU, B. Uma abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira. **Policy Paper**, Centro de Políticas Públicas do Insper, n. 19, 2016.

SIMON, H. **The Science of the Artificial**. 3. ed. MIT Press, 1969.

SIMON, H. Barriers and Bounds to Rationality. **Carnegie Mellon University**, Pittsburg, PA: Elsevier, 2000.

SINGH, J.; DUTT, P. Microfinance and Entrepreneurship at the base of the pyramid. **INSEAD Working paper**, n. 2021/03/STR/EPS, 2019.

SIQUEIRA, A.C.O.; MARIANO, S.R.H; MORAES, J. Supporting Innovation Ecosystems with Microfinance: Evidence from Brazil and Implications for Social Entrepreneurship. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 5, n.3, p. 318-338, 2014.

SMITH, B.R.; KNAPP, J.R.; CANNATELLI, B.L. Entrepreneurship at the Base of the Pyramid: The Moderating Role of Person-Facilitator Fit and Poverty Alleviation. **Journal of Social Entrepreneurship**, p. 1-25, 2020.

SOBRAL, B. Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e perspectivas. **Revista Econômica**, v.19, n.1, p. 7-34, jun., 2017.

SOCIAL BUSINESS. YUNUS CENTRE Disponível em: <https://muhammadyunus.org/post/2113/social-business>. Acesso em: 27 jul., 2021.

SPINK, P. K. A Articulação de Ações Públicas em Situações Complexas. In: GOMES, M.; ALVES, M.; FERNANDES, R. (orgs.) **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. 1.ed. São Paulo: Editora Gestão Pública e Cidadania, 2013, v.1, p. 43-60.

STEIN, G. Q.; HERRLEIN Jr, R. H. Política Industrial no Brasil: uma análise das estratégias propostas na experiência recente (2003-2014). **Planejamento e Políticas Públicas - PPP**, n. 47, 2016.

TEIXEIRA, M. T. M. **Educação Empreendedora**: uma visão holística do empreendedorismo na educação. 305 f. Dissertação de Mestrado (Ciências da Educação) – Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, 2011.

TOMEI, P. A; RUSSO, G. M.; ANTONACCIO, C. F. B. **Cultura Empreendedora**: Guia prático para seleção de empreendedores. Office Book, 2008.

TOMMASI, L.; VELAZCO, D. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, n. 56, p. 15-42, 2013.

VALE, G. M. V. Empreendedor: origens, concepções teóricas, dispersão e integração. **Rev. Adm. Contemp.**, v. 18, n. 6, p. 874-891, 2014.

VALENTIM, E.C.; PERUZZO, J.F. O empreendedorismo nas políticas públicas de trabalho e geração de renda. **Argum**, v. 10, n.1, p. 261-275, 2018.

YUNUS, M., MOINGEON, B.; LEHMANN-ORTEGA, L. Building Social Business Models: Lessons from the Grameen Experience. **Long Range Planning**, n. 43, p. 308-325, 2010.

YUNUS, M. **Creating a World Without Poverty**: Social Business and the Future of Capitalism. Nova Iorque: Public Affairs, 2007.

ZEN, A. C.; FRACASSO, E. M. Quem é o Empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 8, p. 135-150, 200.

APÊNDICE A – Conjunto dos Quadros de Resultados: Etapa 4 da *Scoping Review*

Número	a) Título do artigo b) Autor c) Ano de Publicação d) Localidade do Trabalho	Contribuição do estudo	População Estudada	Objetivos do estudo	Metodologia Aplicada	Avaliação do estudo	Implicações Importantes
1	<p>a) A pobreza turística no mercado de pacificação: O Orçamento participativo do Rio de Janeiro e as Políticas de planejamento urbano estratégico: reflexões a partir da experiência da Favela Santa Marta</p> <p>b) Bianca Freire-Medeiros Márcio Grijó Vilarouca Palloma Menezes</p> <p>d) 2016</p> <p>e) Rio de Janeiro/RJ</p>	<p>O estudo permitiu a observação de que a crescente presença de turistas fez com que a agenda extrapolasse a questão redistributiva, relativa aos ganhos econômicos gerados com o turismo no Santa Marta. Foi também observado que, entre os moradores comuns (aqueles sem envolvimento direto com a atividade turística), não houve consenso em relação ao produto favela turística.</p>	<p>Moradores, guias locais, comerciantes, agências de turismo e <i>staff</i> da (UPP) e dois <i>surveys</i> foram feitos com turistas nacionais e estrangeiros no aeroporto internacional do Rio de Janeiro</p>	<p>O estudo buscou analisar as práticas e discursivas que permitiram a quebra de paradigma e a emergência de um modelo baseado tanto em parcerias entre poder público e mercado, quanto na mobilização de moradores como empreendedores.</p>	<p>Entrevistas foram realizadas entre 2011 e 2014 nas favelas Santa Marta e Cidade de Deus, no contexto do projeto de pesquisa “Turismo em comunidades pacificadas”. Foram 900 entrevistas ao todo.</p>	<p>Apesar do otimismo inicial, quando o trabalho de campo foi concluído, ambos os projetos foram vistos como compartilhando de uma espécie de vício de origem comum, que poderia minar, em alguma medida, sua legitimidade.</p>	<p>Investimentos relacionados: a) à adaptação de antigas e à formação de novas agências de turismo e de guias independentes, incluindo-se parcerias e arranjos entre guias-moradores e operadoras externas; b) ao incremento de um comércio local voltado para os turistas (bares e restaurantes, barraquinhas de artesanato e lojas de <i>suvenires</i>); c) ao desenvolvimento de estratégias de formatação, divulgação e comercialização do produto “favela pacificada”.</p>

Número	a) Título do artigo b) Autor c) Ano de Publicação d) Localidade do Trabalho	Contribuição do estudo	População Estudada	Objetivos do estudo	Metodologia Aplicada	Avaliação do estudo	Implicações Importantes
2	<p>a) O orçamento participativo no Rio de Janeiro e as Políticas de Planejamento Estratégico</p> <p>b) Isabel C. da C. Cardoso</p> <p>d) 2009</p> <p>e) Rio de Janeiro/RJ</p>	<p>Análise da subordinação do orçamento participativo da cidade do Rio de Janeiro à gestão empreendedora do planejamento estratégico da cidade e demonstração da forma como as políticas de empreendedorismo urbano operam a partir da desnecessidade da política, ao mesmo tempo que a ritualiza em um conjunto de procedimentos, técnicas, documentos, cifras, indicadores e propostas que possui a capacidade de se apropriar de vários elementos institucionais da democracia participativa para então esvaziá-la de sentido.</p>	<p>Fontes documentais do Segundo Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro e das estratégias do BIRD para a cidade.</p>	<p>Realçar a forma como as políticas de empreendedorismo urbano operam a partir da anulação da política.</p>	<p>Análise do processo de subordinação da política do orçamento participativo de 2003-4 à dinâmica de elaboração do II PECR a partir do contexto histórico, e a partir da análise das informações sobre os objetos de análise.</p>	<p>Esforço de investigação empreendido para realçar a forma como as políticas de empreendedorismo urbano operam a partir da desnecessidade. Isso esvazia as políticas de seu sentido e de sua razão de ser.</p>	<p>Apontamento da:</p> <p>1) concentração das decisões na esfera do poder executivo que, além de integrar sozinho a CEPOP, possui a atribuição de análise das condições de viabilidade técnica e financeira das propostas e o poder de veto sobre elas; e</p> <p>2) subordinação da dinâmica democrática de publicização da gestão do orçamento da cidade ao espaço do Plano Estratégico e sua concepção de cidade e de desenvolvimento urbano.</p>

Número	a) Título do artigo b) Autor c) Ano de Publicação d) Localidade do Trabalho	Contribuição do estudo	População Estudada	Objetivos do estudo	Metodologia Aplicada	Avaliação do estudo	Implicações Importantes
3	a) Um estudo sobre o empreendedorismo incentivado por políticas públicas de assistência social no município do Rio de Janeiro b) Irene D. M. Ciccarino Allan Borges Daniely Silva de Viveiros d) 2018 e) Rio de Janeiro/RJ	O trabalho reúne reflexões da Administração e do Serviço Social. Aponta alguns aspectos sobre o perfil empreendedor de recipientes da política de Crédito Minha Casa, Minha Vida.	Moradores do Programa Minha Casa, Minha Vida no Rio de Janeiro.	Caracterizar o público atendido por essas políticas de assistência social, identificando seu perfil empreendedor.	<i>Survey</i> com questionário aplicado aos participantes. A análise dos dados foi feita com <i>software</i> estatístico.	A pesquisa evidenciou aspectos do perfil empreendedor da população estudada para gerar reflexão e sinalizar a importância da implementação das políticas de elevação da inclusão, e de redução dos níveis de desigualdade e pobreza.	O estudo mostra como políticas que não são de apoio ao empreendedorismo podem afetar a atividade empreendedora em comunidades excluídas socialmente. O estudo aponta que o empreendedorismo pode ser uma alternativa para ajudar a superar limitações decorrentes da desigualdade social, desenvolvendo autonomia e gerando emprego e renda.

Número	a) Título do artigo b) Autor c) Ano de Publicação d) Localidade do Trabalho	Contribuição do estudo	População Estudada	Objetivos do estudo	Metodologia Aplicada	Avaliação do estudo	Implicações Importantes
4	<p>a) Da “cidade integrada” à “favela como oportunidade”: empreendedorismo, política e “pacificação” no Rio de Janeiro</p> <p>b) Lia de Mattos Rocha Monique Menezes</p> <p>d) 2018</p> <p>e) Rio de Janeiro/RJ</p>	Compreender o projeto da “pacificação” das favelas, e de seus moradores, a partir da militarização do espaço da favela, e de sistemas de integração.	Análise de dois casos de iniciativas locais organizadas que protagonizaram o debate sobre empreendedorismo nas favelas cariocas;	Avaliar efeitos como forma de compreender os impactos do projeto das UPPs.	Etnografia realizada em favelas com UPPs; acompanhamento de projetos públicos e privados executados à época.	As autoras avaliam que o artigo contribui com a visão de que o empreendedorismo foi capaz de promover inclusão social e econômica nas favelas com UPPs.	O empreendedorismo representa, segundo a análise, a estratégia de integração mais importante para o legado das UPPs.

Número	a) Título do artigo b) Autor c) Ano de Publicação d) Localidade do Trabalho	Contribuição do estudo	População Estudada	Objetivos do estudo	Metodologia Aplicada	Avaliação do estudo	Implicações Importantes
5	<p>a) Políticas evolucionárias de apoio ao empreendedorismo: o caso do Rio de Janeiro</p> <p>b) Renata Lèbre La Rovere Guilherme de O. Santos Leonardo Braga Dutra Karen Alves Pereira</p> <p>d) 2021</p> <p>e) Rio de Janeiro/RJ</p>	<p>O artigo reflete sobre o contexto recente das políticas no ERJ, e sobre as políticas de apoio ao empreendedorismo no contexto da pandemia da COVID-19.</p>	<p>Políticas Evolucionárias de apoio ao empreendedorismo no ERJ.</p>	<p>Observar em que medida as políticas de apoio ao empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) têm orientação evolucionária, e promover uma reflexão crítica sobre a necessidade da implementação de políticas tempestivas num contexto sensível como a crise sanitária e econômica global vivenciada a partir de março de 2020.</p>	<p>Pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica das políticas públicas em apoio ao empreendedorismo no estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>As políticas de apoio ao empreendedorismo são em sua maioria ortodoxas ou híbridas, e o apoio ao empreendedorismo durante a pandemia consistiu em grande medida na concessão de crédito.</p>	<p>O empreendedorismo tem várias especificidades, e existem muitos limites para a atuação empreendedora no ERJ. As políticas de fomento podem estimular o empreendedorismo, mas devem ser desenhadas com o intuito de promover mais do que a correção de falhas de mercado, para que haja impacto positivo.</p>

Número	a) Título do artigo b) Autor c) Ano de Publicação d) Localidade do Trabalho	Contribuição do estudo	População Estudada	Objetivos do estudo	Metodologia Aplicada	Avaliação do estudo	Implicações Importantes
6	a) Proposta de fomento ao empreendedorismo a partir da qualificação e treinamento de comerciantes ambulantes da Cidade do Rio de Janeiro b) Francisco C. A. Bezerra d) 2021 e) Rio de Janeiro/RJ	O trabalho é um projeto-piloto e um plano de ação, um diagnóstico e uma proposta de implementação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo.	Possíveis perfis de ambulantes e/ou negócios, que cooperem com o SEBRAE no contexto da pandemia do novo coronavírus.	O Plano de ação teve como objetivo lançar ideias de articulação da prefeitura com instituições como o SEBRAE a fim de potencializar o fomento ao empreendedorismo no município do Rio de Janeiro.	Pesquisa bibliográfica que auxiliou o desenho do Plano de Ação	O plano recomenda uma articulação da gestão pública com o SEBRAE/RJ a fim de estimular o empreendedorismo na cidade no contexto da pandemia da COVID-19 de forma objetiva e didática.	O autor observa a ausência de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico local, além de outras dificuldades do município de superar sua incapacidade atual de realizar propostas de fomento ao empreendedorismo.

Número	a) Título do artigo b) Autor c) Ano de Publicação d) Localidade do Trabalho	Contribuição do estudo	População Estudada	Objetivos do estudo	Metodologia Aplicada	Avaliação do estudo	Implicações Importantes
7	<p>a) Expanding the vision of entrepreneurial universities: a case study of UNIRIO in Brazil</p> <p>b) Mariza Almeida Douglas Santos Luiziana Aragão Gabriel Nogueira Andrea Bonifácio Bruno Simões Branca Terra</p> <p>d) 2016</p> <p>e) Rio de Janeiro/RJ</p>	<p>O estudo buscou compreender a dinâmica e os resultados das atividades de pesquisa, a interação com várias organizações e o estabelecimento do empreendedorismo comercial, social, cultural e cívico desenvolvido pelos grupos de pesquisa da UNIRIO.</p>	<p>Líderes de uma amostra dos grupos de pesquisa da universidade que estavam registrados junto ao diretório de grupos de pesquisa do CNPq.</p>	<p>Estudar o conjunto de atividades empreendedoras em uma universidade pública, bem como a interação com outras universidades, setor empresarial e com o governo.</p>	<p>A metodologia adotou etapas qualitativas e quantitativas. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas com os líderes de uma amostra de um grupo de pesquisa na universidade, conduzidas no segundo semestre de 2014.</p> <p>O tamanho da amostra foi determinado de forma aleatória considerando 3 níveis: campo do conhecimento, centro acadêmico, e departamento. Os grupos foram selecionados de forma aleatória no Excel.</p>	<p>A análise das atividades relacionadas ao empreendedorismo, em um sentido amplo, oferece a possibilidade de esclarecer aspectos menos abordados, promovendo reflexão sobre a geração de valor social, que faz parte do intuito da universidade empreendedora.</p>	<p>Existe uma lacuna na UNIRIO em relação às discussões sobre as atividades a serem cumpridas nas relações universidade-empresa. O resultado disso é que a instituição não segue os passos da maioria das faculdades federais, que rapidamente institucionalizaram a pesquisa e, subsequentemente, decidiram criar incubadoras e parques tecnológicos, adotando um processo de transformação em direção ao empreendedorismo comercial. A Lei da Inovação preconiza que uma universidade deve levar 2 anos para implementar ajustes de sua regulação interna a novas leis, inclusive a criação do <i>technology transfer office</i> (TTO). Atrasos tendem a acontecer mais por conta de questões de governança do que por conta dos líderes dos grupos de pesquisa.</p>

Número	a) Título do artigo b) Autor c) Ano de Publicação d) Localidade do Trabalho	Contribuição do estudo	População Estudada	Objetivos do estudo	Metodologia Aplicada	Avaliação do estudo	Implicações Importantes
8	<p>a) How Social Entrepreneurs in the Third Sector Learn from Life Experiences</p> <p>b) Laura Scheiber</p> <p>d) 2016</p> <p>e) Rio de Janeiro/RJ</p>	<p>O estudo contribui para o melhor entendimento do empreendedorismo social no terceiro setor.</p> <p>Especialistas e atuantes têm se interessado por estimular líderes socialmente responsáveis com ideias inovadoras, porque eles têm potencial de trabalhar na resolução de problemas sociais complexos.</p> <p>O estudo evidencia os tipos de experiência e processos de aprendizado dos empreendedores sociais enquanto eles se esforçam para desenvolver novas habilidades, valores, conhecimento, e o desejo de dedicar suas vidas à mudança de condições sociais que afetam negativamente as vidas das populações excluídas.</p>	<p>Vinte e sete empreendedores sociais no terceiro setor e vinte e cinco líderes de iniciativas do terceiro setor no Rio de Janeiro, Brasil</p>	<p>O propósito do estudo foi de examinar os tipos de experiências e entender como essas experiências interagem no processo de aprendizado pela trajetória de empreendedores sociais no terceiro setor. O foco do trabalho foi os estágios iniciais do empreendedorismo social.</p>	<p>Análise documental de relatórios anuais e nos sites das organizações dos empreendedores sociais, e entrevista em duas etapas com 27 empreendedores sociais com uma entrevista semi-estruturada com uma história de vida. Finalmente, entrevista com 25 outros atores associados ao estudo de caso, e escuta participativa.</p>	<p>O Brasil se tornou uma localidade importante por conta do <i>boom</i> de organizações sem fins lucrativos (Landim e Thompson, 1997). É notável a expansão do empreendedorismo social no terceiro setor. A pesquisa enfatiza a importância das experiências de vida na trajetória dos empreendedores sociais. O estudo qualitativo mostra o quanto esses empreendedores aprenderam através de seu foco nos processos de aprendizagem durante suas vidas.</p>	<p>Os achados mostram que os empreendedores sociais confiam na convergência de experiências, inclusive: experiência direta com a desigualdade, interação com populações-alvo, trabalho voluntário, instituições religiosas, ativismo social, educação formal, e experiência profissional, leitura e interações. Os dados mostraram que os líderes se basearam nas experiências para aprender novas habilidades, obter maior conhecimento e a motivação necessária para exercer o cargo de empreendedor social. Essas experiências incluíram a vivência da desigualdade, e a interação prolongada com aqueles muito afetados por problemas sociais.</p>

Número	a) Título do artigo b) Autor c) Ano de Publicação d) Localidade do Trabalho	Contribuição do estudo	População Estudada	Objetivos do estudo	Metodologia Aplicada	Avaliação do estudo	Implicações Importantes
9	<p>a) A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária.</p> <p>b) Livia De Tommasi Dafne Velazco</p> <p>d) 2013</p> <p>e) Rio de Janeiro/RJ</p>	<p>O estudo corresponde a uma reflexão sobre os limites da lógica da pacificação no território da CDD.</p>	<p>Os dispositivos de intervenção acionados pelos setores públicos e privados e suas relações com as muitas entidades e associações locais, assim como com os moradores em geral, num território da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: Cidade de Deus (CDD).</p>	<p>Estudar a etnografia da CDD, considerando as percepções dos contatos com a comunidade carioca, considerando o empreendedorismo na lógica da pacificação.</p>	<p>Etnografia da comunidade Cidade de Deus na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.</p>	<p>As iniciativas que acontecem na CDD parecem responder a uma lógica de organização social, política e econômica centrada no fortalecimento e na valorização do indivíduo, sentido como uma escolha ativa” em paralelo com uma “de-socialização da gestão econômica”.</p>	<p>A pacificação no Rio de Janeiro é a ocasião para a instalação de dispositivos que visam ampliar o mercado consumidor interno e promover o “espírito empreendedor”.</p>